



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 2.50

SUPLEMENTO

Resolução do Governo N.º 16/2023

de 12 de Abril

Aprova o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030

A promoção do progresso económico e social do País e a proteção do seu património natural, cultural e histórico são considerados como objetivos do Estado, nos termos das alíneas d), f) e g) do artigo 6.º da Constituição. Estes podem ser meios de promoção de investimentos nacionais e de criação das condições económicas para atrair investimentos estrangeiros, nos termos do artigo 140.º da Constituição.

Efetivamente, Timor-Leste tem vindo, ao longo dos seus 20 anos de existência, a promover o progresso económico e social e a proteção do património natural, cultural e histórico do País. As políticas e a atuação governamental na área do desenvolvimento económico e social têm vindo a salientar a importância do turismo para contribuir para este desenvolvimento.

Uma das grandes lacunas identificadas e que constitui uma das prioridades do Programa do VIII Governo Constitucional é o desenvolvimento e aprovação de uma estratégia nacional do turismo. Apesar de existirem compromissos claros do Governo para com o desenvolvimento do turismo, como um dos setores com potencial para desenvolver e diversificar a economia, falta ainda o desenvolvimento de um enquadramento que permita ao Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI), em articulação e coordenação com outros ministérios e demais parceiros do setor, operar de forma integrada e eficiente, de forma a refletir um impacto positivo nos progressos a alcançar.

Neste contexto, e no sentido de promover a economia e o desenvolvimento social de Timor-Leste, o MTCI desenvolveu a proposta de Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030, abreviadamente designado por PENDT 2023-2030, tendo por base a Política Nacional de Turismo (Fazer Crescer o Turismo até 2030: Fortalecer a Identidade Nacional), o Programa do VIII Governo Constitucional e o Plano de Recuperação Económica.

O plano aprovado através da presente resolução, abreviadamente designado por PENDT 2023-2030, estabelece objetivos e propõe ações a realizar pelo Governo até 2030, com

vista a acelerar e a melhorar o desenvolvimento do turismo em Timor-Leste, de uma forma responsável, sustentável e inclusiva, para e com os timorenses e em parceria entre as instituições nacionais, sociedade civil, parceiros internacionais de desenvolvimento e setor privado.

O PENDT estabelece ainda 11 vetores estratégicos de intervenção, subdivididos por cada um dos pilares da Política Nacional de Turismo, a saber:

a) Pilar Prioridade:

- i) Locais de interesse turístico;
- ii) Enquadramento institucional, de boa governação e legislativo;
- iii) Produtos e serviços turísticos;
- iv) Infraestruturas, transportes e comunicações;

b) Pilar Prosperidade:

- i) Empreendedorismo e investimento;
- ii) Sistema bancário e financeiro;
- iii) *Marketing*;

c) Pilar Pessoas:

- i) Profissionais de turismo;
- ii) Cidadãos;

d) Pilar Proteção – Sustentabilidade;

e) Pilar Parcerias – Parcerias.

Por sua vez, para cada área prioritária são identificadas atividades prioritárias essenciais para materializar a visão para o turismo em Timor-Leste. O PENDT 2023-2030 já inclui um plano plurianual e intersetorial de implementação até 2030, com indicação das atividades prioritárias, calendarização, responsáveis e parceiros de implementação.

Posteriormente este plano será desagregado em planos anuais de implementação com detalhe adicional e com o objetivo de

assegurar a implementação eficiente e eficaz da estratégia delineada. O plano foi elaborado pelo MTCl e, de modo participativo, num processo de consulta que envolveu vários ministérios e organismos do Estado, assim como autoridades municipais.

O PENDT 2023-2030 apresenta uma estrutura de boa governação, bem como prevê um processo de monitorização e avaliação regular da implementação da estratégia definida.

Assim, o Governo resolve, nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 115.º da Constituição da República, o seguinte:

1. Aprovar o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030, abreviadamente designado por PENDT 2023-2030, constante do anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante;
2. Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir do dia imediato ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 25 de janeiro de 2023.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

ANEXO

(a que se refere o n.º 1)

Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030

ÍNDICE

1.	Sumário executivo	
	Abreviaturas e Acrónimos.....	
2.	TURISMO EM TIMOR-LESTE.....	
2.1.	Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED).....	
2.2.	Política Nacional de Turismo - Fazer Crescer o Turismo até 2030.....	
2.3.	Impacto do COVID-19 e Plano de Recuperação Económica.....	
3.	PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO 2023-2030	
3.1.	Metodologia.....	
3.2.	Vetores estratégicos de intervenção do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030.....	
3.2.1.	Qualificar os pontos turísticos	
3.2.2.	Fortalecer o enquadramento institucional, de boa governação e legal.....	
3.2.3.	Desenvolver produtos e serviços turísticos.....	
3.2.4.	Desenvolver as infraestruturas, transportes e comunicações	

3.2.5. Apoiar o empreendedorismo e o investimento	
3.2.6. Banca e finanças	
3.2.7. Marketing.....	
3.2.8. Qualificar os profissionais	
3.2.9. Envolver as pessoas	
3.2.10. Sustentabilidade	
3.2.11. Parcerias.....	
4. Implementação da Estratégia	
4.1. Monitorização e avaliação	
4.2. Mobilização de recursos e estabilidade financeira	
Anexo 1 - PLANO PLURIANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO 2023-2030.....	
ANEXO 2 – QUADRO-RESUMO DO PENDT 2023-2030 E GESTÃO DE RESULTADOS	

1. Sumário executivo

O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo (PENDT) 2023-2030 ora desenvolvido é uma prioridade do VIII Governo Constitucional.

A **Visão** do PENDT 2023-2030 é desenvolver Timor-Leste como um destino **único na Ásia**, com um setor do **Turismo Inclusivo, Sustentável e Responsável**.

A **Missão** é passar da **política à ação** para alcançar os **objetivos da Política de Turismo e do Plano Estratégico**.

Este Plano Estratégico contempla os vários documentos de política através dos quais o Governo reforçou o seu compromisso para o desenvolvimento do turismo, nomeadamente desde o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, à Política “Fazer Crescer o Turismo até 2030”, ao Programa do VIII Governo Constitucional, ao Plano de Recuperação Económica e às Grandes Opções do Plano para 2023.

Assim, o PENDT 2023-2030 estabelece vetores estratégicos de intervenção e propostas de ação a tomar pelo Governo até 2030, de forma a acelerar e dinamizar o desenvolvimento do turismo em Timor-Leste, em parceria com todos os intervenientes, incluindo instituições nacionais, sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e setor privado.

O Plano Estratégico define **11 vetores estratégicos** de intervenção alinhados nos correspondentes Pilares da Política de Turismo para os quais contribuem. Para atingir os resultados propostos são estabelecidas **53 áreas prioritárias** de intervenção para cada um dos vetores estratégicos, bem como **100 atividades prioritárias** para implementar em cada uma dessas áreas e cumprir os objetivos estabelecidos.

O PENDT já inclui um Plano Plurianual de Implementação até 2030, apresentando um cronograma para as atividades prioritárias e identificando principais responsáveis e parceiros. Este plano de implementação, juntamente com a estrutura de Boa Governação do Plano Estratégico, garantirá uma implementação eficiente e eficaz.

O Plano Plurianual de Implementação será conseqüentemente desagregado em Planos Anuais de Implementação, a desenvolver em paralelo e em sintonia com os Planos de Ação Anuais dos ministérios e com o planeamento e execução do Orçamento Geral do Estado.

Abreviaturas e Acrónimos

AET – Área Especial de Turismo
ATTL - Autoridade de Turismo de Timor-Leste
DGT – Direção-Geral de Turismo
DNTCC – Direção Nacional de Turismo Comunitário e Cultural
INE – Instituto Nacional de Estatística
MAE – Ministério da Administração Estatal
MAP – Ministério da Agricultura e Pescas
MAPCOMS - Ministério dos Assuntos Parlamentares e Comunicação Social
MF-Ministério das Finanças
MI- Ministério do Interior
MNEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MTC – Ministério dos Transportes e Comunicações
MTCI – Ministério do Turismo, Comércio e Indústria
MCAE –Ministro Coordenador das Atividades Económicas
MESCC – Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MOP – Ministério das Obras Públicas
MPO – Ministério do Plano e Ordenamento
OSCs – Organizações da Sociedade Civil
PENDT - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo
PRE – Plano de Recuperação Económica
SEA- Secretaria de Estado do Ambiente
SECOOP – Secretaria de Estado de Cooperativas
SEFOPE – Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
TIC – Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação I.P. - TIC TIMOR
TC – Turismo Comunitário
UTDT – Unidade Técnica para o Desenvolvimento do Turismo
ONU - Organização das Nações Unidas

2. Turismo em Timor-Leste

Há muito que o Governo de Timor-Leste considera o turismo um setor prioritário para o desenvolvimento social e económico do País. Desde o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 à Política Nacional de Turismo, ao Programa do VIII Governo Constitucional, ao Plano de Recuperação Económica e às Grandes Opções do Plano para 2023, o turismo sempre foi um dos principais setores com potencial para dinamizar e diversificar a economia nacional. Também, em alinhamento com a prioridade do Governo, considera-se essencial que este seja um setor inclusivo, sustentável e responsável. Um setor pelo povo, com o povo e para o povo de Timor-Leste.

2.1. Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED)

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED) inclui o turismo como um dos setores prioritários para prosperar e expandir, contribuindo assim para o desenvolvimento económico, criação de emprego e fortalecimento da sociedade.

Sendo um setor com elevado potencial de criação de emprego, o Governo de Timor-Leste indicou também a importância da qualificação dos recursos humanos neste setor, uma nova educação técnica vocacional que “... *incluirá vínculos formais com a indústria e o mercado para dar aos alunos uma experiência direta do local de trabalho, tanto nacional quanto internacionalmente*”⁴¹. O desenvolvimento do capital social para este setor também prevê a oferta ao nível do ensino superior com a criação de um Politécnico da indústria de serviços para cobrir turismo e hotelaria, localizado em Lospalos.

Além disso, o PED 2011-2030 considera importante a conservação de zonas naturais onde a atividade comercial deve ser limitada, mas podendo ser incluídos projetos e atividades de turismo sustentável, como atividades culturais, turísticas e recreativas, e que respeitem a capacidade turística limite de cada ponto de interesse turístico.

Os seguintes nichos de mercado foram identificados como alvo para o setor do turismo:

- Ecoturismo e turismo marítimo;
- Turismo histórico e cultural
- Turismo de aventura e desporto
- Turismo religioso e de peregrinação
- Turismo de conferências e convenções.

Este PED 2011-2030 dividiu o país em três áreas de turismo:

- ORIENTAL (Manatuto, Baucau, Lautém, Viqueque);
- CENTRAL (Díli, Ainaro, Cova Lima, Manufahi);
- OCIDENTAL (Liquiçá, Ermera, Bobonaro, Oe-Cusse Ambeno.)(Footnotes)

¹ Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, Governo de Timor-Leste, 2011

Figura 1: Mapa das Regiões Turísticas de Timor-Leste

Fig.1 Mapa das 3 Zonas Turísticas de Timor-Leste segundo o PEDN 2011-2030



fig 4

Fonte:

PED 2011-2030

Na sequência desta divisão do país em 3 regiões turísticas, iniciou-se em 2015 um mapeamento que foi concluído no início de 2023. Este mapeamento apresenta uma avaliação dos pontos turísticos do país e das condições existentes (infraestruturas, alojamentos, transportes e comunicações, e outros). As constatações e recomendações deste mapeamento foram consideradas para o desenvolvimento do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo.

2.1. Política Nacional de Turismo - Fazer Crescer o Turismo até 2030

Em 2017, foi aprovada a Política Nacional de Turismo – Fazer Crescer o Turismo até 2030 e foi mais um passo do Governo de Timor-Leste para o desenvolvimento do turismo como um setor chave para contribuir para o desenvolvimento social e económico do país e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação do património histórico, cultural e natural de forma responsável, valorizando a identidade nacional e envolvendo as comunidades locais. A Política de Turismo destaca a importância de um esforço coordenado de todos os intervenientes do turismo para esta empreitada e apela ao Governo, Setor Privado e Sociedade Civil para colaborarem e serem parceiros.

A Política de Turismo traça o caminho para o desenvolvimento do Turismo em Timor-Leste, com base em 5 Pilares Prioritários, nomeadamente:

Pilar Prioridade

O Governo de Timor-Leste assume o turismo como uma prioridade para o desenvolvimento económico e social nacional.

É necessário um trabalho coletivo do Governo com todos os atores do turismo para que o turismo seja um motor do desenvolvimento económico e social do país, um porta-estandarte de orgulho nacional e a essência de uma marca-país de Timor-Leste reconhecida internacionalmente como destino de turismo.

Pilar Prosperidades

Saúde, riqueza e felicidade para o povo timorense devem ser o resultado de uma economia com um setor de turismo robusto.

O turismo representa uma oportunidade significativa para estimular a economia de Timor-Leste e também para garantir que os benefícios sejam partilhados por todo o País, melhorando a prosperidade do povo timorense, especialmente de grupos vulneráveis, como mulheres e jovens, e comunidades locais.

Pilar Pessoas

As pessoas são o epicentro do turismo.

A força de trabalho timorense deve ser capacitada, possuir conhecimentos e ser capaz de oferecer experiências de qualidade para todos os visitantes de Timor-Leste. Todos os timorenses veem-se a si próprios como “embaixadores do turismo”.

Pilar Proteção

Conservação, preservação e salvaguarda do ambiente natural, património cultural e segmentos vulneráveis da sociedade de Timor-Leste. Visa também garantir o bem-estar dos visitantes internacionais.

Pilar Parceria

A complexidade do sistema do turismo exige a mobilização de amplo apoio do Governo, indústria, academia, sociedade civil e povo timorense para ser eficaz e bem sucedida.

Esses pilares foram estabelecidos e contribuem para os principais objetivos mínimos da Política até 2030, que são:

- A receita de turismo do exterior e visitantes internacionais, excluindo as receitas das transportadoras (tarifas aéreas e marítimas), será de pelo menos US\$ 150 milhões por ano
- O emprego no turismo ultrapassará 15.000;
- Pelo menos 200.000 turistas internacionais visitarão Timor-Leste anualmente com uma estadia média de cinco dias.

Apesar do impacto da pandemia na economia do País e, sobretudo no setor do turismo, estes objetivos serão mantidos.

2.2. Impacto do COVID-19 e Plano de Recuperação Económica

Em 2020 o mundo foi afetado pela pandemia do COVID-19 e o seu impacto afetou não só o panorama da saúde mundial, mas consequentemente o desenvolvimento económico e social. Pequenos Estados insulares como Timor-Leste foram ainda mais afetados devido à sua situação geográfica isolada e às restrições de viagem impostas para salvaguardar a saúde da população.

Em 2020, as chegadas de turistas internacionais diminuíram 93% em Timor-Leste e em setembro de 2021 diminuíram 92%¹. Um forte contraste com 2019, quando, de acordo com a Pesquisa de Turismo de 2019², 80.758 chegadas internacionais receberam vistos de turista classe 1 e houve um total de 38.074 viajantes de lazer que gastaram US\$ 23,2 milhões. De acordo com a pesquisa, desses viajantes as 3 principais nacionalidades eram australiana (40%), americana (10%) e indonésia (8%).

A forte diminuição da oferta e procura turística teve, assim, um impacto sem paralelo no setor e as empresas relacionadas com o turismo enfrentaram grandes dificuldades para manter os seus negócios em funcionamento, reter pessoal e pagar os custos operacionais. A Associação dos Proprietários de Hotéis de Timor-Leste (HOTL) estimou que desde o início de 2020³ as receitas de vendas no setor da hotelaria e turismo caíram 95%⁴.

De acordo com o estudo “Impacto Económico da COVID-19 em 2020 nas MPMEs e no sector do Turismo de Timor-Leste” da Asia Foundation, as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) foram as mais afetadas. “Das MPMEs pesquisadas que dependem principalmente de viajantes internacionais, 43% declararam ter encerrado atividade. Embora 84% das MPMEs que trabalham com turistas domésticos terem relatado um declínio no volume do negócio, apenas 18% encerraram atividade.”

Além disso, o impacto do Covid-19 aumentou ainda mais o fosso da desigualdade de género, com 61% das mulheres a perderem o emprego, em comparação com 39% dos homens, de acordo com o relatório das Nações Unidas “Timor-Leste Socioeconomic Impact Assessment of Covid-19”. Esta lacuna é ainda mais significativa no sector do turismo e, em particular, em Timor-Leste, onde as mulheres representam 62% da força de trabalho do alojamento e restauração. As mulheres que trabalham no turismo também estão sobre-representadas como trabalhadoras familiares não remuneradas.

Dado o grave impacto da pandemia no turismo do País, o Plano de Recuperação Económica (PRE) 2020 destaca a necessidade de alocação adicional de orçamento de Estado para este setor e indica medidas de recuperação a implementar.

Estas incluem, conforme indicado na tabela abaixo, a importância de investir na qualidade dos recursos humanos; a necessidade

de desenvolver estradas rurais que dão acesso a vários pontos turísticos, como também indicado nos resultados do mapeamento e avaliação do turismo; campanhas de *marketing*; promoção do ecoturismo; e outros.

Figura 2: Medidas propostas no PRE para recuperação do setor do turismo

Setores/Áreas	Medidas Propostas
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma empresa estatal para dinamizar o setor; • Melhorar o ensino/formação profissional nesta área com “upgrade” de uma escola de Turismo para um nível elevado, internacional; • Promover a recuperação de antigas residências de administradores e “tranqueiras” para preservar o nosso património e apoiar o turismo, eventualmente apoio de Parceiros de Desenvolvimento e da UNESCO; • Reabilitar estradas rurais de especial interesse turístico, utilizando programas públicos de emprego mão-de-obra intensivos; • Controlar (extinção) dos crocodilos na costa norte para tornar as praias seguras; • Construir/criar (Metinaro?) um parque temático vocacionado à divulgação e preservação da cultura e artesanato timorense; • Promover o Eco-Turismo, combinando o alojamento com as plantações de café ou arroz, por exemplo; • Tendo a Estratégia Nacional aprovada para o setor como pano de fundo, definir um plano concreto para desenvolver o turismo, por fases. Pelas suas características, começar desde já com a “ponta leste”, municípios de Baucau, Viqueque e Lautém, como zona inicial prioritária para o desenvolvimento do turismo (a que se seguirão depois outras zonas); a prazo de 5-6 anos reabilitar o aeroporto de Baucau para receber voos “charter”; • Construir o já planeado Museu-Biblioteca Nacional em Dili; • Desenvolver campanhas publicitárias e de marketing sobre Timor-Leste, a divulgar no estrangeiro, realçando a riqueza natural dos mares e das montanhas do país.

Fonte: Plano de Recuperação Económica de Timor-Leste 2020.”, Governo de Timor-Leste , agosto de 2020

3. Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030

3.1. Metodologia

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 foi o primeiro passo para o desenvolvimento do turismo no País. Este quadro de desenvolvimento de políticas destacou a importância do sector para o desenvolvimento social e económico do País e teve como objetivo alcançar até 2030 o seguinte impacto:

“ (...)

. Uma indústria de turismo e hospitalidade forte e próspera, apoiada por infraestrutura aprimorada, apoio às empresas de turismo locais e uma força de trabalho local qualificada (...)

. Um elevado número de pequenas e microempresas sustentáveis em sectores industriais em crescimento, como o turismo, (...) “.

Além disso, o PED 2011-2030 assumiu as seguintes metas:

- **2011 -2015 (curto prazo):** o foco é no desenvolvimento de recursos humanos do setor, o desenvolvimento das infraestruturas, fortalecimento institucional e alcance dos Objetivos do Milénio (MDGs);

- **2016 -2021 (médio prazo):** os principais destinos turísticos estarão a operar com infraestruturas atualizadas, atividades e negócios locais bem estabelecidos e materiais promocionais;

- **2021-2030 (longo prazo):** Timor-Leste terá uma indústria turística bem desenvolvida atraindo um grande número de visitantes internacionais.

Em 2017, a Política Nacional de Turismo – Fazer Crescer o Turismo até 2030 foi mais um marco no desenvolvimento da política para o turismo, compreendendo, conforme referido no capítulo anterior, 5 Pilares (**prioridade, prosperidade, proteção, parcerias, pessoas**) – os 5 Ps.

No entanto, faltava ainda desenvolver o Plano Estratégico. O PENDT é, portanto, considerado prioritário para o desenvolvimento do turismo e para passar da política à ação. Esta prioridade está claramente enunciada no ponto 4.3 do Programa do VIII Governo Constitucional e as prioridades nele definidas foram consideradas e enquadradas na sua maior parte neste Plano Estratégico.

A metodologia adotada incluiu ainda a revisão de dois esboços de documentos estratégicos do turismo, um desenvolvido em 2016¹ e outro em 2019².

Após a revisão dos esboços de documentos estratégicos existentes, a decisão final foi de adotar a proposta genérica do documento estratégico de 2016, que priorizou 10 vetores de intervenção para orientar o desenvolvimento do setor do turismo. Este Plano Estratégico também baseou a sua estrutura e recomendações na avaliação inicial dos pontos turísticos e na divisão do país em 3 Regiões Turísticas, conforme indicado no PED 2011-2030. Os 10 vetores propostos em 2016 foram:

1. Definição e regulamentação de áreas/sítios turísticos;
2. Desenvolvimento de infraestruturas;
3. Fornecimento de produtos e serviços turísticos;
4. Responsabilidade sustentável e ambiental ;
5. Estrutura legal, institucional e de negócios;
6. Enquadramento institucional internacional;
7. Recursos Humanos;
8. Apoio ao empreendedorismo turístico;
9. Envolvimento das pessoas;
10. Destino *demarketing*.

Esses vetores foram redesenhados, ajustados e atualizados e novos vetores foram criados. Na próxima secção deste Plano Estratégico serão apresentados mais detalhadamente os vetores prioritários de intervenção.

A metodologia também procura responder às prioridades do Governo e incluiu um processo consultivo fundamental com parceiros do turismo, incluindo com outros ministérios, com municípios, parceiros de desenvolvimento, associações profissionais e setor privado.

As consultas realizadas tanto a nível setorial como municipal foram muito bem acolhidas por todas as partes e confirmaram a necessidade de estabelecer comunicação e colaboração regulares para avançar no Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo.

Como foi referido, o documento foi partilhado também com diversos parceiros de desenvolvimento internacionais e obteve comentários positivos, incluindo da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas.

Além disso, um inventário de programas, projetos e atividades foi realizado pela Direção Geral de Turismo em 2021, o que ajudou a avaliar o que já foi alcançado e o que falta implementar. Este exercício serviu também para compilar as lições aprendidas que foram muito úteis para elaborar o plano de implementação do PENDT.

O PENDT foi apresentado e discutido na Comissão Interministerial, na Unidade Técnica e no Centro de Planeamento Integrado, tendo reunido consenso político e técnico.

3.2. Vetores estratégicos de intervenção do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030

O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo (PENDT) 2023-2030 identifica 11 vetores estratégicos considerados prioritários para o desenvolvimento do Turismo em Timor-Leste e para o cumprimento dos 5 Ps da Política de Turismo.

Assim, os 11 vetores estratégicos do Plano Estratégico são os seguintes:

Vetores Estratégicos do PENDT 2023-2030

PILAR	VETOR ESTRATÉGICO DO PENDT 2023-2030
PRIORIDADE	Pontos Turísticos Enquadramento (institucional, legal e de boa governação) Produtos e serviços turísticos Infraestruturas, transportes e comunicações
PROSPERIDADE	Empreendedorismo e Investimento Banca e finanças <i>Marketing</i>
PESSOAS	Profissionais do turismo e sua qualificação Pessoas
PROTEÇÃO	Sustentabilidade
PARCERIAS	Parcerias

Figura 3: Pilares e Vetores Estratégicos do PENDT 2023-2030



A seção seguinte deste capítulo explicará detalhadamente cada um dos vetores estratégicos e as áreas prioritárias identificadas para cada um.

3.2.1. Qualificar os pontos turísticos

A identidade do povo timorense é rica em história, cultura e natureza intocada. Isto cria experiências únicas para os turistas e aumenta a competitividade e atratividade de Timor-Leste como destino turístico.

Para o desenvolvimento do turismo no país é fundamental identificar e mapear os pontos turísticos. A atualização e finalização do mapeamento turístico em início de 2023 apoia a tomada de decisão do Governo de priorizar uma intervenção interministerial para o desenvolvimento dos equipamentos e serviços de apoio para qualificar estes pontos turísticos, preservando-os, protegendo o património nacional e beneficiando as comunidades locais em todo o país.

Este exercício de mapeamento foi iniciado em 2015 e feito de acordo com a divisão do país em 3 regiões turísticas, conforme o PED2011-2030:

- ORIENTAL (Manatuto, Baucau, Lautém, Viqueque);
- CENTRAL (Díli, Ainaro, Cova Lima, Manufahi);
- OCIDENTAL (Liquiçá, Ermera, Bobonaro, Oe-Cusse Ambeno).

Os resultados e recomendações deste mapeamento referem-se à identificação dos inúmeros pontos turísticos do país, por região turística, e suas condições existentes (infraestruturas, alojamentos, transportes e comunicações, entre outros).

A regulamentação das áreas turísticas e a sua gestão e aproveitamento são também vitais. A criação de áreas turísticas especiais será crucial e serão criadas para proteger os pontos turísticos, o seu ambiente e as comunidades. Os projetos turísticos nelas inseridos respeitarão os locais de uma forma responsável, sustentável e inclusiva, que beneficie as comunidades locais. O estabelecimento destas áreas permite também a definição da tipologia e localização sustentáveis de infraestruturas, equipamentos e serviços aí localizadas e a carga turística máxima, entre outros elementos. Devem ser desenvolvidos em articulação com o Ministério do Plano e Ordenamento, a Secretaria de Estado do Ambiente, com as respetivas Autoridades Municipais, o Ministério de Agricultura e Pescas e outras instituições relevantes.

As Áreas Especiais de Turismo a estabelecer até final de 2025 serão:

- O Parque Nino Konis Santana, Timor-Leste, primeira área protegida e considerado no PED 2011-2030 a “*peça central da estratégia de turismo de Timor-Leste*”, que inclui várias áreas marinhas protegidas como Com, Tutuala e a Ilha de Jaco;
- A Ilha de Ataúro, para a qual já foi elaborado e aprovado o regulamento geral do seu plano de desenvolvimento do território¹, estando o MTCI já em fase de elaboração de um plano de desenvolvimento de Ataúro como destino eco turístico com base nesse plano;
- Tatamailau, ou Monte Ramelau, que é a montanha mais alta de Timor-Leste, com uma natureza bela e intocada, ideal para os amantes de caminhadas e a prática de observação de aves; é também um importante destino religioso, pois a montanha é dedicada à Virgem Maria a quem foi erguida uma estátua e onde se realiza anualmente uma peregrinação para o culto da Virgem Maria de Ramelau;
- A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), onde foi criada a Zona Especial de Economia Social de Mercado e devido à sua localização e interesse também para estabelecer rotas terrestres para turistas.

O número de Áreas Turísticas Especiais será alargado posteriormente e a avaliação intercalar da Estratégia em 2026 ajudará na definição das próximas AETs a serem criadas, com base nas principais conclusões das quatro primeiras AETs, lições aprendidas e histórias de sucesso.

Além disso, o MTCI digitalizará e irá salvaguardar todas as informações relativas aos pontos turísticos de forma a que sejam facilmente acessíveis aos formuladores de políticas, ao setor privado e aos turistas.

Com base no mapeamento dos marcos turísticos, também serão desenvolvidos ou melhorados vários roteiros turísticos (natureza, histórico, religioso, café, bem-estar) para diversificar a oferta turística e para que a indústria contribua para o desenvolvimento descentralizado do País e das suas comunidades locais. Este tipo de oferta turística atrai também um leque mais alargado de turistas e mercados que gostam de viajar em busca de experiências sob um tema unificado e um itinerário que combine vários locais, atividades e serviços sob esse tema.

A identificação de pontos turísticos e áreas turísticas especiais é, portanto, um passo crucial para o desenvolvimento do Plano Estratégico e restantes vetores estratégicos de intervenção, nomeadamente para vetores posteriores como o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos, *marketing* e outros.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prioridade	1. Pontos Turísticos	1.1. Conclusão da identificação dos pontos turísticos, sua digitalização, sinalização de apoio, equipamentos e serviços 1.2. Criação e estabelecimento de Áreas Especiais de Turismo: Parque Nino Konis Santana, Ataúro, Ramelau e RAEOA.

3.2.2. Fortalecer o enquadramento institucional, de boa governação e legal

O desenvolvimento de um quadro jurídico e institucional sólido, ajustado às necessidades e contexto do país e das suas instituições, apoiará o estabelecimento de um ambiente de negócios forte para o turismo prosperar em Timor-Leste. O reforço da capacidade do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI), da Direção-Geral e direções do turismo e das Autoridades Municipais é, portanto, vital para o sucesso de um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo.

Isto exigirá ênfase no programa de capacitação do pessoal das direções do turismo, consolidação das linhas de comunicação e mecanismo de coordenação com outras direções de linha, autoridades municipais e várias partes interessadas, e uma consolidação dos mecanismos de Monitorização e Avaliação (M&A) e relatórios.

A Direção-Geral do Turismo (DGT) procurará reforçar ainda mais a capacidade do seu pessoal e das direções nacionais de turismo, promovendo a cooperação bilateral e sul-sul em que os seus funcionários possam trabalhar em ministérios de turismo parceiros ou organizações parceiras em missões de destacamento temporário, mas também cooperação técnica, onde podem aprender com a experiência e as melhores práticas de outras organizações (como previsto mais adiante no Pilar Parcerias, Vetor 10. Parcerias).

O reforço da capacidade do MTCI passará ainda por sessões de mentoria entre as suas direções para informar e atualizar os colegas sobre os últimos desenvolvimentos de cada direção e departamento, bem como o desenvolvimento de ações de formação sobre as últimas orientações e planos desenvolvidos dentro de cada área, para que haja entre todas uma visão geral das atividades em curso e de como as várias áreas das direções do turismo estão ligadas e se apoiam.

Será dada prioridade à realização de uma avaliação da capacidade das direções do turismo para desenvolver um plano plurianual de capacitação com base nas conclusões e recomendações desta avaliação. Apoiar-se-á também a identificação de oportunidades de formação que respondam às necessidades das direções.

A criação da Autoridade de Turismo de Timor-Leste (ATTL) é uma prioridade e foi proposta no Plano de Recuperação Económica de 2020. Esta Autoridade reunirá numa única entidade todas as competências, deveres e responsabilidades institucionais relacionadas com a regulação, promoção e *marketing*, valorização do ambiente de negócios e sustentabilidade do turismo, da oferta à procura. Isso será feito em coordenação com os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil e o setor privado (nacional e internacional, no país e no exterior). O mandato da Autoridade incluirá, por exemplo, a gestão do Fundo do Turismo, a gestão do(s) modelo(s) de negócio para as Pousadas de Timor, outros negócios no setor do turismo, desde Parcerias Público-Privadas, *joint-ventures*, BOT, privatização e investimento direto, entre outros.

A Autoridade incluirá também um Conselho Consultivo do Turismo, que será estabelecido e liderado pela ATTL e servirá como um órgão consultivo e um fórum para discussão sobre políticas e questões de turismo. Terá membros representantes de diversas organizações e parceiros de desenvolvimento, também de organizações privadas e da sociedade civil, que serão representativas de uma vasta gama de produtos e serviços, áreas de interesse para a indústria, incluindo *marketing*, e de localidades em todo o país. Este será também o fórum para discutir o progresso do Plano Estratégico e das parcerias estabelecidas neste âmbito. A legislação de criação desta autoridade será contemplada nas atividades deste vetor.

Acresce que para responder às necessidades identificadas, como a existência de dados estatísticos de turismo abrangentes e harmonizados, a ATTL contará com um Departamento de Estatísticas e Observatório do Turismo. Assim, a criação deste departamento é uma necessidade premente para poder dispor de dados estatísticos consistentes, harmonizados, especializados e completos do setor que, neste momento, não está nas mãos da DGT e que conta muito com o apoio de outras instituições nacionais e parceiros de desenvolvimento. No entanto, para apoiar o seu trabalho, a tomada de decisão e o desenvolvimento de programas e políticas do setor do turismo, a ATTL precisa de ser capaz de recolher e analisar todos os dados dos parceiros existentes, estabelecer novos mecanismos de recolha de dados onde ainda não existem ou precisam de melhorias, criar um mecanismo de M&A, análise de dados, e fornecer uma base para as políticas, programas e atividades propostas.

O objetivo é atender aos padrões da ONU para medição do turismo (Conta Satélite do Turismo), por meio de dados que atendam a uma estrutura concetual comum internacional e padronizada, gerando dados económicos comparáveis do turismo. Além disso, será publicado um boletim estatístico anual com os principais dados do setor para diversos parceiros e os dados estarão disponíveis *online* de uma forma simples, por exemplo sob a forma de um Painel de Turismo.

Esses dados também serão essenciais para o sistema de M&A que será implementado para acompanhar o progresso do Plano Estratégico, incluindo um relatório trimestral de progresso e um relatório anual, bem como uma avaliação intermédia rápida (2025) e uma avaliação final do Plano Estratégico (2030).

O papel da DGT na capacitação de outros atores nacionais será vital. A DGT vai capacitar parceiros, como dos Serviços Municipais de Gestão de Mercados e Turismo, e os representantes regionais do MTCI, em programas como o Programa de Turismo Comunitário, nova legislação, programas e iniciativas relacionadas com o turismo. Além disso, a disseminação de informações a outras instituições nacionais e ao setor privado, sociedade civil e comunidades locais apoiará grandemente a estrutura do setor de turismo.

A participação dos parceiros municipais na implementação do PENDT 2023-2030 a nível local será muito benéfica, conforme verificado durante o processo participativo e consultivo de desenvolvimento deste Plano Estratégico. Para tal, será necessária uma definição clara de tarefas e ferramentas de colaboração entre DGT, Serviços Municipais de Gestão de Mercados e Turismo, e os representantes regionais do MTCI. Um grupo de trabalho será estabelecido para manter essa colaboração regular e garantir que a perspectiva e os *inputs* locais contribuam para o desenvolvimento do setor de turismo.

O desenvolvimento e prosperidade do turismo em Timor-Leste, particularmente no rescaldo da pandemia, exigirá o estabelecimento de uma estrutura de Boa Governação, entre o MTCI e outros ministérios de tutela, mas também estruturas e arranjos que se conectem com o poder local, implementação local, com o setor privado, parceiros internacionais de desenvolvimento e sociedade civil.

Os órgãos de Boa Governação que serão criados para levar avante o Plano Estratégico são:

- A *Comissão Interministerial de Alto Nível para o Desenvolvimento do Turismo* (Comissão), que foi criada em 2019¹ para contribuir para o avanço da Política Nacional de Turismo – Fazer Crescer o Turismo até 2030, e para a tão necessária colaboração intersetorial e interministerial;
- A *Unidade Técnica para o Desenvolvimento do Turismo*, liderada pelo MTCI, que se concentra em questões técnicas e operacionais intersetoriais relacionadas com o Plano Estratégico e plano de implementação; este grupo de trabalho acompanha e monitoriza o progresso do PENDT e criará grupos de trabalho por áreas, como educação, municípios, sustentabilidade, investimento, entre outros. Os grupos de trabalho reúnem-se para resolver as questões técnicas e operacionais relacionadas às suas áreas. Serão convidadas entidades externas de acordo com as necessidades. As regras e normas desta Unidade Técnica já existentes serão revistas e ajustadas às necessidades do Plano Estratégico e do seu plano de implementação;
- O *Grupo de trabalho com os municípios*, mencionado anteriormente, para permitir a coordenação e implementação conjunta do Plano Estratégico a nível local;
- Outros *grupos ad-hoc* que precisam de ser criados para responder a tarefas e questões específicas que possam surgir, a serem lideradas pelo ministério que tenha o mandato do turismo.

O quadro legal permitirá e apoiará as necessidades do setor para o funcionamento dos negócios turísticos, preservação do ambiente e do património, fortalecimento institucional. Alguma da legislação inclui²:

- Lei de Bases do Turismo, que indica a base de organização, monitorização, fiscalização, promoção e fomento das atividades turísticas;
- Decreto-lei do Fundo do Turismo (mais adiante explicado no Pilar Prosperidade, Vetor 6. Empreendedorismo e Investimento);
- Decreto-lei sobre Autoridade de Turismo de Timor-Leste;
- Decreto-lei sobre Retribuição das Atividades Turísticas;
- Diploma Ministerial sobre Turismo Comunitário;
- Decreto(s) do Governo para a criação de Áreas Especiais de Turismo;
- Outros.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prioridade	1. Estrutura	2.1. Institucional 2.2. Boa Estrutura de Governação 2.3. Legislação

3.2.3. Desenvolver produtos e serviços turísticos

A oferta turística de produtos e serviços de Timor-Leste pode ser variada e interessar a uma vasta gama de mercados e turistas. Desde a natureza, desportos marítimos, culturais, históricos, e vários outros. A riqueza do país é vasta, a sua natureza intocada e diversificada, o seu património histórico e cultural de uma grande beleza. Todos estes recursos contribuem muito para o potencial deste setor.

O Governo de Timor-Leste desempenhará um papel fundamental no desenvolvimento de produtos e serviços de turismo, em parceria com outras partes interessadas, com base na atualização e conclusão do exercício de mapeamento do turismo no início de 2022. Esse mapeamento permite uma avaliação extensiva dos pontos turísticos existentes em todo o país e desenvolver diversos tipos de produtos e serviços turísticos.

Uma das prioridades é o desenvolvimento de Rotas Turísticas de Timor-Leste para os vários tipos de produtos turísticos que o país pode oferecer aos visitantes e melhorar a qualidade desses produtos e serviços, desde atividades de natureza relacionadas com o seu turismo marítimo, a parques naturais, *trekking*, ciclismo de montanha, culturais, de resistência, religiosos e outros. Os roteiros turísticos serão direcionados a públicos específicos e seus interesses e aspirações em torno de um tema unificado, e as campanhas de *marketing* comunicarão com esses públicos (Pilar Prosperidade, Vetor 6. *Marketing*). Já existem alguns programas desenvolvendo este tipo de produto, como é o caso do Mambe Kafé Trail (Caminho do Café), da Jornada de Resistência (trilha histórica da história da resistência) e dos “Cinco Cumes” (Monte Ramelau, Matebian, Maubohilau, Kablaki e Datoi-Tapo) para os amantes de caminhadas e *trekking*.

Assim, a Direção-Geral do Turismo irá colaborar amplamente com várias direções nacionais, municípios e outros parceiros de desenvolvimento do turismo para assegurar que estes percursos e pontos turísticos associados estejam preparados com o necessário conjunto de infraestruturas, serviços e equipamentos. Esta empreitada exige um extenso trabalho de mobilização de recursos e colaboração, mas é crucial para o relançamento do setor do turismo em Timor-Leste, pois a qualidade e singularidade destes produtos e serviços são vitais para que os visitantes desfrutem da sua experiência e a recomendem.

Conforme referido anteriormente no Vetor Estratégico Pontos Turísticos, até ao final de 2025 serão criadas e estabelecidas quatro Áreas Especiais de Turismo (AET) com base nos resultados do Mapeamento Turístico, e isso é essencial para proteger estas áreas, pois estão localizadas em áreas naturais protegidas para assegurar que os produtos e serviços turísticos prestados nessas áreas respeitem o ambiente e contribuam para a sua conservação. A definição destas áreas deve ser feita em estreita colaboração com outros ministérios de tutela como o Ministério do Plano e Ordenamento e a Secretaria de Estado do Ambiente, respeitando o Plano Estratégico de Ordenamento do Território de Timor-Leste, e em coordenação com os municípios.

Além das Rotas Turísticas, irão ser feitos grandes esforços para a manutenção, crescimento e melhoria do Programa de Turismo Comunitário já a decorrer. Este tipo de programa contribuirá para um impacto positivo do setor do turismo em todo o País, beneficiando social e economicamente as comunidades locais e difundindo a oferta de produtos e serviços turísticos a muitas localidades. Este produto turístico é particularmente importante para apoiar o empoderamento e o empreendedorismo das mulheres a nível local e para aumentar o conhecimento sobre o turismo entre as mulheres e as comunidades.

O potencial impacto positivo deste tipo de turismo é ainda maior num pequeno Estado insular em desenvolvimento como Timor-Leste e alinha-se com as prioridades e padrões internacionais de várias organizações internacionais, incluindo a ASEAN. Em 2021, iniciou-se a implementação deste programa em 5 sucos piloto (aldeias): Uaimori (Viqueque), Uailili (Baucau), Seloic Craic (Aileu), Maubisse e Nunu Mogue (Ainaro). Em 2022 foi alargado para 13 sucos. Espera-se que o programa continue em expansão e conforme o plano de implementação do Plano Estratégico deve ser implementado em sucos em todos os municípios até 2030.

Para o desenvolvimento deste tipo de turismo, a cooperação institucional com a Secretaria de Estado de Cooperativas é crucial, dada a importância deste tipo de associação entre trabalhadores que operam na mesma atividade e que também inclui associações na área do turismo, tanto ao nível central como ao nível descentralizado. Criando sinergias com associações existentes pode potenciar-se o impacto positivo do Programa de Turismo Comunitário.

Outras instituições nacionais a envolver no Programa de Turismo Comunitário podem incluir a Secretaria de Estado da Igualdade e Inclusão e a SEFOPE para formações específicas e instituições na área ambiental, entre outras.

O Turismo de Eventos é algo pelo qual Timor-Leste já é conhecido e apreciado, nomeadamente no que diz respeito a grandes eventos como a Maratona de Díli ou o Tour de Timor e a tradicional regata de iates Darwin-Díli. Este tipo de eventos vai apoiar o relançamento do turismo no rescaldo da pandemia de covid-19. É também um tipo de turismo muito apreciado no país, tendo um potencial de crescimento do turismo interno, nomeadamente para eventos religiosos como a peregrinação anual a Tatamailau (Monte Ramelau), a Peregrinação anual ao Santuário Nossa Senhora de Aitara e o Senhor Morto em Oe-Cusse Ambeno.

Os festivais culturais e gastronómicos também serão muito importantes para o desenvolvimento do produto de turismo de eventos.

Desde os eventos já conhecidos e estabelecidos até novos tipos de eventos já em estudo, como uma EXPO Timor-Leste, reuniões e exposições de âmbito nacional e internacional, eventos de jogos tradicionais, e outros, será preparado um calendário anual e um extenso programa de mobilização de recursos será estabelecido para financiar e apoiar estes eventos.

Outra prioridade para o desenvolvimento serão as Pousadas de Timor, aliando a experiência de hotel boutique ao património histórico, pois os edifícios das pousadas têm uma relevância histórica que os hóspedes poderão vivenciar num ambiente moderno, seletto e confortável.

A experiência completa será enquadrada na oferta turística envolvente, como a descoberta de espaços naturais próximos, locais históricos, desporto e bem-estar, com a oferta de serviços de SPA dentro das pousadas utilizando produtos desenvolvidos localmente. Para isso, será necessário conjugar esforços com o setor privado para preservar este património histórico, mas também contribuir para a sua conservação e para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Será necessário realizar um estudo sobre o(s) melhor(es) modelo(s) de negócio para as Pousadas, de forma a analisar os possíveis cenários para o desenvolvimento destes hotéis.

Foi já feita a reabilitação de algumas das Pousadas, mas é necessário investimento e tempo adicionais para melhorar significativamente as condições de alojamento, bem como a revisão das condições e contratos atuais das pousadas. Após a realização do estudo e opção pelo melhor modelo de negócio, as condições dos futuros contratos a celebrar com o setor privado irão incluir, por exemplo, a necessidade de preservação patrimonial do edifício, bem como a possibilidade de ampliação do número de quartos disponíveis, entre outros. Isso será incluído na legislação a ser desenvolvida para o efeito.

Outra condição possível é a inclusão de um posto de saúde para os visitantes em cada uma das Pousadas, como é o exemplo da Pousada de Baucau, que ainda não concluiu o seu posto de saúde¹. Este tipo de estrutura de apoio é ainda mais relevante pós Covid-19 para os turistas que querem ter a certeza de que terão acesso a um serviço de saúde de qualidade.

Turismo gastronómico é uma componente fundamental da experiência turística, potenciando a descoberta do país e convidando todos os sentidos a participar e desfrutar. É uma das formas de conhecer um país e a sua cultura. A gastronomia em Timor-Leste precisa de ser mais desenvolvida e complementar o resto da experiência turística. A culinária local precisa de ser oferecida com qualidade, condições adequadas de saúde e higiene aos visitantes, mas também com inovação de produtos, mantendo a identidade culinária nacional. Combinar isso com a produção de bebidas locais potencializará ainda mais esse tipo de experiência.

Programas como o turismo comunitário vão apoiar o desenvolvimento da oferta gastronómica pelas comunidades locais, uma vez que as formações deste programa incluem aulas de culinária e de higiene na preparação dos alimentos. Outro tipo de oferta gastronómica turística a desenvolver consistirá em aulas de culinária e visitas aos mercados, onde os turistas podem ver e conhecer os ingredientes locais utilizados.

Além disso, será estabelecido o desenvolvimento do currículo de turismo para incluir formação nesta área e a atualização das infraestruturas educativas para acomodar as necessidades deste tipo de formação (Pilar Pessoas, Vetor 7. Profissionais).

Outros programas em curso terão continuidade, aperfeiçoamento e expansão, como é o caso dos já mencionados eventos religiosos e da Jornada da Resistência, bem como a visita ao Parque Dom Boaventura. Outro marco da oferta turística é a Cidade Histórica de Díli. Díli é ainda a maior porta de entrada em Timor-Leste e nela se encontra um imenso e diversificado património histórico, desde a história colonial portuguesa, à invasão japonesa, à resistência timorense e à independência.

Os programas em curso também incluem a Rota do Café, que também é uma rota turística e que será mais impactante com o reconhecimento de 56 países de que a origem do seu café vem de uma árvore de Café Mãe de Timor-Leste. Este tipo de programas e outros relacionados com produtos culturais como Tais (património mundial da UNESCO) e Uma Lulik e Uma Lisan também devem ser desenvolvidos e incluídos na experiência turística e, portanto, apoiados através do trabalho de parceiros turísticos.

Outro serviço a continuar e melhorar é o apoio com informação turística nos Centros de Informação Turística (CIT). Atualmente o CIT de Díli já está a funcionar, mas necessita de uma modernização nas instalações e no tipo de informação prestada aos visitantes, nomeadamente com a inclusão de tecnologia interativa que permita ao turista aceder *online* a informação fiável sobre as atividades turísticas e fazer reservas para alojamento, guias turísticos e assim por diante. A prioridade até 2025 é a construção de mais três CITs, em Baucau, em Batugade e no Aeroporto Internacional de Díli, com o mesmo tipo de projeto moderno e interativo que se espera da atualização do CIT de Díli.

Um serviço importante a ser desenvolvido é a informação aos turistas sobre saúde, segurança e proteção em Timor-Leste. Essas informações serão partilhadas em timorlest.tl, redes sociais e folhetos nos CITs, alojamentos, restaurantes e outros negócios relacionados com o turismo. Incluirão informações sobre meios de transporte mais seguros, segurança rodoviária, medidas gerais de precaução e, especificamente, o desenvolvimento de campanhas para educar as pessoas sobre crocodilos e para prevenir e reduzir o risco de ataques.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prioridade	1. Produtos e serviços	3.1. Rotas Turísticas 3.2. Áreas Especiais de Turismo 3.3. Programa de Turismo Comunitário 3.4. Pousadas de Timor 3.5. Gastronomia 3.6. Turismo de eventos 3.7. Programas em curso: eventos religiosos, Jornada da Resistência, ecoturismo, Parque Dom Boaventura, Cidade Histórica de Díli 3.8. Centros de Informação Turística 3.9. Informações de saúde, segurança e proteção

3.2.4. Desenvolver as infraestruturas, transportes e comunicações

Para o desenvolvimento do setor do turismo em Timor-Leste, é vital que as necessárias infraestruturas, transportes e comunicações estejam instaladas e apoiem as empresas e as pessoas.

É essencial a coordenação interministerial e o planeamento integrado para desenvolver com sucesso os projetos de construção e reabilitação que priorizem e sustentem o desenvolvimento do turismo, como estradas, aeroportos, portos, telecomunicações e outros. O investimento em infraestruturas turísticas, transportes e comunicações e conectividades terrestres, marítimas e aéreas exige investimento do setor público e privado e deve ser priorizado nos principais destinos turísticos do país, para garantir o maior retorno e ajudar a apoiar experiências turísticas sustentáveis.

Tem havido progressos nesta área, uma vez que vários destes projetos já estão previstos no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, estando alguns concluídos ou iniciados, como, por exemplo, as principais autoestradas concluídas ou o terminal de passageiros do porto de Díli e a expansão do Aeroporto Internacional de Díli, entre outros.

A colaboração regular e institucional será, portanto, essencial para dar prioridade ao desenvolvimento de infraestruturas, transportes e comunicações com grande impacto no setor do turismo, incluindo a priorização plurianual da construção ou reabilitação de infraestruturas com grande impacto em programas vitais, como o Programa de Turismo Comunitário, acesso a destinos turísticos e a áreas turísticas especiais. Os planos de ação plurianuais e anuais dos ministérios setoriais e o seu planeamento orçamental podem então basear-se nessas necessidades identificadas e acordadas.

O desenvolvimento das infraestruturas turísticas, transportes e comunicações terá de assegurar a sua inclusão e a garantia da acessibilidade a todos, garantindo assim o respeito dos direitos das pessoas com deficiência física.

Por via rodoviária, auto-estradas e estradas nacionais irão beneficiar a indústria do turismo e os locais em todo o país. Algumas já estão concluídas (Dili-Baucau, Suai, Maubara-Liquiça, Tutuala) e outras iniciadas, o que facilita as deslocações dentro do País.

Há, no entanto, uma necessidade adicional de desenvolver estradas e trilhos rurais para criar e melhorar a acessibilidade a pontos turísticos e comunidades locais, aumentando, por exemplo, o potencial do programa de turismo comunitário, rotas turísticas e turismo de natureza. A maioria desses trechos de estradas rurais está identificada no mapeamento do turismo ¹. O desenvolvimento destas infraestruturas para aumentar, melhorar e diversificar a oferta de transportes rodoviários e de trilhos para destinos turísticos é o mais necessário. Os operadores privados poderão melhorar a oferta de passeios com autocarros de qualidade, levando os turistas ao destino pretendido, contrariando a dificuldade e falta de conforto atuais de muitas das opções de transporte existentes. Os turistas poderão chegar melhor aos locais de turismo de natureza, por exemplo, com as trilhas. Dentro das cidades, algumas opções de transporte devem ser consideradas e apoiadas e incluem serviços de táxi melhores e mais seguros, minibus, *tum-tum* e outros.

Por via marítima, foram desenvolvidas algumas infraestruturas como o Terminal de Passageiros do Porto de Díli, mas há que

concluir mais em todo o país para os cruzeiros domésticos em Timor, como as marinas flutuantes em Com e Jaco². O funcionamento do Nakroma é também um avanço para o transporte marítimo entre Díli-Ataúro e Díli-Oecusse Ambeno.

É necessário trabalhar com os operadores turísticos e o setor privado para criar as condições para cruzeiros regulares e atrativos para o país. Precisa de ser desenvolvida e aprovada regulamentação e Procedimentos Operacionais Padrão para cruzeiros e a regulamentação para desportos aquáticos e recreativos para garantir que apenas as empresas que cumpram regulamentos robustos e definidos possam operar em águas timorenses. Esta será uma garantia adicional de que este tipo de turismo beneficiará o País e as suas gentes, bem como os passageiros a bordo. É ainda mais importante devido às águas únicas e cristalinas do País integradas na área marítima do Triângulo dos Corais.

Por via aérea, o preço dos voos internacionais ainda está a prejudicar muito a competitividade de Timor-Leste como destino turístico. Atualmente, os altos preços dos voos são resultado de um número limitado de empresas autorizadas a operar. Acresce que pós-pandemia apenas a rota Díli-Darwin funciona com companhia aérea com acordo de serviços aéreos, enquanto os restantes destinos funcionam com voos *charter*. Com a pandemia o número de países que aceitam voos diminuiu, mas este número está a aumentar desde o final de 2021.

O Governo de Timor-Leste, em conjunto com os parceiros do setor privado a curto e médio prazo, deverá trabalhar em opções mais eficientes para diminuir o preço dos bilhetes e retomar e expandir a atividade turística no país.

Uma das empreitadas já em curso é o projeto de desenvolvimento do aeroporto internacional de Díli que se prevê estar totalmente concluído até ao final de 2025/2026, com a conclusão da ampliação da pista e um novo terminal de passageiros. Isso permitirá que aviões maiores pousem e mais conexões internacionais diretas poderão, portanto, ser operadas por companhias aéreas com grandes *hubs* de conexão, bem como um maior número de voos e horários de operação do aeroporto. O número de voos diretos de destinos remotos pode aumentar, permitindo também uma diversidade de mercados-alvo para o turismo em Timor-Leste.

Também, e conforme previsto no Plano de Recuperação Económica, será retomado o projeto de reabilitação do Aeroporto de Baucau para receber voos *charter*.

Outro esforço do Governo de Timor-Leste será advogar pela remoção dos avisos de viagem para Timor-Leste. No plano de recuperação de Timor-Leste, também é indicado como essencial restabelecer os serviços aéreos para a Austrália e Singapura, incluindo a preparação de um padrão de serviço pós-COVID-19. Os voos regulares para a Austrália já retomaram e os voos para Singapura estão igualmente retomados.

Adicionalmente, pretende-se obter junto da IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos) o código para ser possível a emissão de bilhetes para voos internacionais a partir de Timor-Leste. Assim, as agências de turismo já a operar em Timor-Leste obtêm acesso a esta possibilidade de emissão sem recorrer a países terceiros, o que contribui para a redução dos preços dos bilhetes e para ser possível também passar a ser feita uma reserva *online* por partes de turistas em qualquer parte do mundo para o seu voo até Timor-Leste. Outros mecanismos e formas de cooperação serão estudados e negociados.

Ao nível das comunicações, é importante destacar o impacto positivo da instalação de fibra ótica no País para o turismo, beneficiando empresas e turistas. O concurso já foi aprovado pelo Governo para a compra e instalação de cabo de fibra ótica.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prioridade	1. Infraestruturas, Transportes e Comunicações	4.1. Por via rodoviária 4.2. Por via marítima 4.3. Por via aérea

3.2.5. Apoiar o empreendedorismo e o investimento

O apoio ao investimento no turismo será vital para o relançamento do setor e para a sua prosperidade, para gerar um interesse crescente de empresários e investidores, nomeadamente nacionais.

Para isso, o MTCI, em colaboração com outros ministérios responsáveis, por exemplo, por áreas como finanças e investimento, liderará um esforço coordenado para desenvolver pacotes de incentivos, incluindo apoio financeiro, benefícios fiscais e outros. O apoio consultivo e os benefícios fiscais já fornecidos por entidades como a Tradeinvest vão continuar, mas agora também sustentados com um conjunto mais completo de informação, regras e regulamentos para aceder, por exemplo, ao apoio a negócios no turismo.

Acresce que com a conclusão do mapeamento de pontos turísticos e o estabelecimento das Áreas Especiais de Turismo será possível identificar um conjunto de potenciais tipos de investimentos por todo o país para este setor. Estes futuros projetos apresentados deverão ser analisados caso a caso e avaliados pela ATTL, em conjunto com outras instituições relevantes. Devem respeitar o plano de ordenamento do território, obedecer aos critérios para uma avaliação de impacto ambiental positivo e às condições para ser considerado um investimento que contribui de facto para um setor do Turismo de Timor-Leste como um destino único, inclusivo, sustentável e responsável.

Estes programas de incentivos serão geridos pelo Fundo do Turismo da Autoridade de Turismo de Timor-Leste, e o seu mandato será mobilizar e gerir recursos para o apoio a iniciativas e projetos que contribuam para o incentivo do desenvolvimento do País enquanto destino turístico. Assim, será necessário elaborar e aprovar com carácter prioritário a legislação do Fundo do Turismo.

O Fundo do Turismo desenvolverá normas dos pacotes de incentivos aos empreendedores turísticos, incluindo: critérios de elegibilidade e pontuação dos candidatos; comissão de avaliação desses projetos e outros. Fatores adicionais que serão ponderados são o número de empregos criados, fase do ciclo de negócios do projeto, componente de sustentabilidade e percentual de mulheres empregadas. Isso será alcançado num esforço coordenado com as instituições nacionais, os parceiros de desenvolvimento e o setor privado, com apoios financeiros adicionais ao Fundo do Turismo e às condições especiais de linhas de microcrédito para micro, pequenas e médias empresas. O âmbito da cooperação é diversificado e muito necessário.

Serão também criados e priorizados programas especiais para apoiar o empreendedorismo de mulheres e jovens. Como mencionado anteriormente, as mulheres representam uma alta percentagem da força de trabalho do turismo: 62% da força de trabalho de alojamento e alimentação. As mulheres que trabalham no turismo também estão sobrerrepresentadas como trabalhadoras familiares não remuneradas. O Governo de Timor-Leste apoiará o empoderamento das mulheres empresárias do turismo e contribuirá para reverter o cenário de empregos de nível inferior e a disparidade salarial. Ao desenvolver programas especiais de apoio às mulheres empreendedoras, o seu perfil e papel no setor do turismo mudará e melhorará. Elas serão capacitadas e apoiadas para estabelecerem os seus negócios, principalmente ao nível local, incluindo linhas de crédito, benefícios fiscais especiais e outros.

A idade média da população é de 19,6 anos, refletindo um país muito jovem onde 39% da população tem entre 0 e 14 anos, 53% tem entre 15 e 59 anos e apenas 8% tem idade superior¹. Esta demografia destaca a importância do apoio aos jovens que, no caso do Plano Estratégico, se traduz também num apoio especial aos jovens empreendedores.

O apoio a estes grupos será também contemplado e complementado com medidas noutras áreas como a educação, explicadas em outros setores (Pilar **Pessoas**, Vetor Profissionais).

Além disso, serão criados apoios especiais e programas de incentivo para apoiar negócios turísticos que priorizem a sustentabilidade e a tecnologia. Serão apoiados negócios cuja atividade, procedimentos operacionais e práticas contribuam para a ação climática e sejam sustentáveis, bem como aqueles que incorporem tecnologia que contribua para a sustentabilidade do seu negócio e para uma forte presença digital.

A par do respetivo diploma de criação e constituição do Fundo do Turismo, será criado um guia com normas e informações práticas, concisas e completas sobre os requerimentos e normas para investimento no setor do turismo em Timor-Leste. O Guia de Investimento no Turismo facilitará o acesso a informação fiável e estruturada para potenciais investidores² de forma a gerar investimentos sustentáveis. Este guia também estará disponível no *site* oficial do turismo e de outras instituições nacionais, como a Tradeinvest e o Ministério de Finanças e outras que se considerem relevantes.

Além disso, no que diz respeito ao Licenciamento e Certificação de atividades turísticas, é essencial o desenvolvimento de legislação e de um manual para este tipo de atividade para garantir a qualidade dos negócios e atividades turísticas, protegendo assim também os consumidores, e que será suportado pela legislação pertinente que definirá o tipo de autorizações e licenças necessárias para cada tipo de empreendimento turístico. Será também necessário o desenvolvimento de um sistema online simples e prático de licenciamento e certificação de atividades turísticas. A responsabilidade por este licenciamento é da Direção Nacional de Empreendimentos, Atividades e Produtos Turísticos.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prosperidade	1. Empreendedorismo e investimento	5.1. Fundo do Turismo 5.2. Apoio ao empreendedorismo de mulheres e jovens no turismo 5.3. Apoio a projetos com componente sustentável e tecnológica 5.4. Guia de Investimento no Turismo 5.5. Licenciamento e Certificação de Atividades Turísticas

3.2.6. Banca e finanças

Os serviços bancários e financeiros contribuem muito para a promoção do turismo e, no caso de Timor-Leste, o Governo irá trabalhar em estreita colaboração com bancos e instituições financeiras para conceber produtos e serviços que sejam simples para os viajantes. Ou seja, a necessidade de alargar a possibilidade de pagamentos digitais e estender o pagamento com cartão de crédito a todo o país e aos serviços e atividades relacionadas com o turismo melhorará muito a experiência dos visitantes, pois o turista poderá usar essa forma de pagamento com mais frequência, inclusive em reservas *online*. Além disso, o maior número possível de tipo de cartões de crédito deve ser aceite no País, o que não acontece no momento atual.

É necessário ainda instalar mais caixas eletrônicas para todos os tipos de cartões de crédito em todo o País, bem como mais casas de câmbio que sejam facilmente acessíveis aos turistas e próximos a pontos turísticos, como aeroportos e outros.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Prosperidade	1. Banca e Finanças	6.1. Expandir o sistema de pagamento digitais
		6.2. Aceitação de todos os cartões de crédito
		6.3. Aumentar o número e a localização geográfica de caixas eletrônicas no país
		6.4. Casas de câmbio

3.2.7. Marketing

Destinos ricos em história, cultura e natureza, como Timor-Leste, são percebidos como mais autênticos e isso contribui para a sua imagem de destino turístico único. As campanhas de turismo direcionadas de Timor-Leste como destino turístico são, portanto, cruciais para atrair turistas, particularmente numa altura em que a indústria do turismo está a recuperar do impacto da pandemia de COVID-19. Em 2020, as chegadas de turistas internacionais diminuíram 93% em Timor-Leste e em setembro de 2021 tinham diminuído 92%¹.

Assim, o aumento dos esforços de *marketing*, tanto a nível nacional como internacional, será muito importante para promover Timor-Leste como destino turístico.

O Governo irá desenvolver ainda mais as campanhas sob a égide da sua marca *Explore the Undiscovered*, como destino turístico único na Ásia. Um dos primeiros passos será a simplificação e formalização de acordos sobre direitos de propriedade da marca e seu uso.

As campanhas de marketing interno vão continuar a incentivar o turismo no país e entre os timorenses. A DGT e a sua direção de *marketing* vão aproveitar os programas existentes que vão ao encontro do interesse das pessoas, como o turismo de eventos, turismo comunitário, turismo de base religiosa e turismo histórico relacionado com a história da resistência – “Jornada da Resistência”, produtos já criados. A presença digital desta campanha será aumentada e diversificada, desde as redes sociais ao *site* oficial do turismo, televisão nacional, outros.

Campanhas direcionadas a países e/ou regiões selecionadas serão determinantes para revitalizar o setor do turismo e a atratividade do País. A eficácia destas campanhas aumenta à medida que se adaptam aos interesses dos turistas selecionados, atuais ou potenciais, apresentando uma marca e imagens e comunicando de encontro aos seus desejos e sonhos. Países como a Austrália, Nova Zelândia, Singapura, China e Indonésia continuam a ser um destino de mercado preferencial, com base no histórico de nacionalidade dos turistas que viajam para o País, prioridades estabelecidas nomeadamente no Plano de Recuperação Económica. A Avaliação da Procura Turística do Banco Mundial 2021 também indicou que os turistas da Austrália, Reino Unido e Singapura teriam grande probabilidade de viajar para um destino como Timor-Leste.

Timor-Leste continuará a apostar na CPLP e em todos os destinos da ASEAN, enquanto membro da CPLP e como membro observador da ASEAN com acordo de princípio que permitirá a adesão plena. Os laços históricos e geográficos com estas organizações e os seus membros tornam-nas alvos preferenciais para as campanhas de *marketing* do turismo de Timor-Leste.

Assim, será desenvolvido um programa de campanhas direcionadas de *marketing* de destino que incluirá não só a presença tradicional em feiras e eventos turísticos, mas também esforços e recursos substanciais para desenvolver um programa de *marketing* digital para o setor do turismo em Timor-Leste, uma vez que é vital para utilizar o potencial de digitalização e aplicação de novas tecnologias.

Adicionalmente, serão desenvolvidas e promovidas campanhas de marketing que visam a promoção de um determinado tipo de produto e da rota turística associada, dirigidas a um público que procura experiências associadas a um determinado tipo de turismo. Estas incluirão campanhas para alguns dos seguintes produtos: natureza, café, *trekking*, bem-estar, histórico, resistência, cultural, pousadas de Timor e religiosos, entre outros.

A DGT e a sua direção de *marketing* vão construir uma forte presença na *web* e um programa de marketing digital para alcançar um grupo mais amplo de potenciais turistas. O *site* oficial de turismo de Timor-Leste (www.timorleste.tl) tem sido um elemento importante desta presença digital. O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, com o objetivo de fazer deste um meio de comunicação crucial para os turistas, continuará o seu trabalho para manter o atualizados os seus ativos digitais, incluindo o conteúdo do *site* com campanhas de *marketing* e postagens nas redes sociais, conectando a informação com outros *sites*/áreas relevantes como municípios, informações sobre vistos, *links* de saúde, informações de segurança e lista de fornecedores de serviços e produtos turísticos. Todo o conteúdo inserido neste *website* é aprovado pelo MTCI, de forma a garantir a qualidade e fiabilidade da informação disponibilizada.

Esta área prioritária do *marketing* digital incluirá também a atualização do Centro de Informação Turística de Díli (CIT) com um projeto de utilização de tecnologia para proporcionar experiências interativas aos visitantes que podem obter informação fiável sobre atrações, atividades e eventos e ajudar nas reservas de alojamento ou passeios. Este tipo de tecnologia será também utilizado nos CITs que serão construídos em Baucau, Batugade e no Aeroporto Internacional de Díli (Pilar Prioridade, Vetur Produtos e Serviços).

Os esforços de *marketing* digital serão liderados no MTCI pela Direção Nacional de Promoção Turística e Relações Internacionais e, posteriormente, pela ATTL. Atividades adicionais de capacitação serão implementadas através do plano de capacitação, com o apoio de parceiros de desenvolvimento turístico, à semelhança de colaborações já existentes.

O programa de *marketing* digital e os produtos desenvolvidos também incluirão a construção de uma presença em aplicativos móveis e *sites* de viagens de amplo alcance e uma presença vibrante e atualizada em redes sociais selecionadas. Outras ações de linha para esta área serão o apoio à venda *online* de passeios e experiências turísticas.

A(s) campanha(s) específica(s) sobre a sustentabilidade do Turismo em Timor-Leste será(ão) um meio para promover os esforços do país, do seu governo e parceiros turísticos no desenvolvimento de um setor responsável, sustentável e inclusivo. Uma das iniciativas será a atribuição de prémios aos **negócios de turismo verde** (Pilar Prosperidade, Vetur 9. Sustentabilidade).

As campanhas de Turismo de Eventos vão continuar, inclusive para eventos para os quais Timor-Leste já construiu nome e reconhecimento, conforme referido no vetor anterior. Eventos já tradicionais, como a Maratona de Díli, o Tour de Timor e a regata Darwin-Díli, e eventos novos, como corridas de BTT, festivais de jogos tradicionais e corrida tradicional de barcos entre Díli e Ataúro, todos eles serão particularmente importantes para relançar o turismo após a pandemia de Covid-19, pois atrairão uma variedade de turistas e participantes nos eventos que poderão conhecer o País, o que ele oferece e compartilhá-lo nas redes sociais, potencializando o impacto de tais eventos.

Tal como acontece com todos os outros vetores deste Plano Estratégico, o sucesso destes empreendimentos dependerá também da colaboração com outros parceiros turísticos e, no caso do *marketing*, da colaboração com associações turísticas existentes, sector privado e parceiros de desenvolvimento.

Pilar	Vetur Estratégico	Prioridade
Prosperidade	<i>7. Marketing</i>	<i>7.1. Marketing Doméstico</i> <i>7.2. Marketing de destino</i> <i>7.3. Produto turístico/marketing de rotas</i> <i>7.4. Marketing digital</i> <i>7.5. Marketing de Turismo Sustentável</i> <i>7.6. Marketing de eventos</i>

3.2.8. Qualificaros profissionais

O sucesso do setor do turismo está altamente dependente da quantidade e qualidade adequada dos seus recursos humanos. A prosperidade deste setor pode contribuir muito para a criação de empregos em todo o País, desde o nível de entrada até cargos de gestão, e para todas as idades e grupos da força de trabalho.

É ainda mais importante apoiar a criação de emprego para grupos vulneráveis, como mulheres e jovens, e mantê-los neste setor, o que contribuirá para a redução da taxa de desemprego. Grupos vulneráveis, principalmente mulheres, foram severamente afetados pela pandemia. Globalmente, as mulheres representam a maior parte da força de trabalho no setor do turismo e, no caso de Timor-Leste, representam 62% da força de trabalho do alojamento e restauração. O impacto do Covid-19 aumentou ainda mais o fosso da desigualdade de género, com 61% das mulheres que perderam o emprego, em comparação com 39% dos homens, segundo o relatório das Nações Unidas “*Timor-Leste Socioeconomic Impact Assessment of Covid-19*”.

Registaram-se progressos significativos na qualificação dos recursos humanos para o turismo. Atualmente, a oferta educativa existe ao nível do ensino secundário, formação profissional e cursos superiores.

No entanto, é necessário melhorar ainda mais as infraestruturas e equipamentos das instituições de ensino. Por exemplo, em 2016, oito escolas secundárias foram convertidas em escolas que oferecem o diploma secundário de turismo, mas estas instalações carecem de atualização e equipamento adequado para alguma formação em turismo (por exemplo, cozinhas e outros).

Também não foi ainda criada a Escola de Hotelaria e Turismo. Este projeto está previsto no PED 2011-2030 e prevê-se que inclua um “campus de turismo” com infraestruturas e equipamentos específicos muito necessários para algumas das formações especializadas nesta área. A localização será em Lospalos e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura já identificou a propriedade para o desenvolvimento deste projeto.

A revisão e melhoria curricular, a diversificação dos cursos disponíveis e o desenvolvimento das capacidades dos professores também serão intervenções prioritárias. Isto é considerado fundamental para o Governo de Timor-Leste. Para tal, o Governo continuará a investir na oferta educativa do País para a qualificação de recursos humanos. Esse esforço será potencializado por meio da cooperação entre os Ministérios do Turismo, Comércio e Indústria, da Educação, Juventude e Desporto e do Ensino Superior Ciência e Cultura e da SEFOPE. Incluirá uma coordenação e colaboração no desenvolvimento curricular, mas também um ajustamento dos programas de estudo às necessidades do mercado de trabalho, número e tipo de cursos disponíveis para as necessidades identificadas.

Será dada prioridade a currículos e cursos para aprimorar a competência digital para desenvolver as aptidões para as necessidades relacionadas com o turismo digital, desde a gestão digital de operações, a serviços virtuais da indústria, entre outros.

Será desenvolvido um programa específico para potencializar e aumentar as oportunidades educacionais das mulheres, que incluirá, entre outras medidas, bolsas de estudo destinadas a mulheres e cursos específicos para gestão e liderança femininas no turismo.

O turismo como setor que promove a inclusão é um dos valores que norteiam este Plano Estratégico. Criar maiores oportunidades de emprego no turismo para pessoas com deficiência também será uma medida fundamental do Governo, em parceria com o setor público.

Outra componente importante da capacitação de recursos humanos para o setor do turismo é a colocação dos alunos em estágios curriculares ou profissionais certificados, que não só os preparam para o mercado de trabalho, como podem constituir uma verdadeira oportunidade de emprego. A certificação de todas as organizações/empresas que disponibilizam estes estágios é um passo a dar para melhorar ainda mais a qualidade dos programas de estudos no setor do turismo. O certificado de estágio aprovado será revisto a cada três anos para garantir que a organização mantém os padrões necessários.

O site oficial do turismo incluirá uma secção específica com todas as oportunidades de emprego no turismo, sendo assim um eixo digital fidedigno onde os empregadores (públicos, privados, nacionais e internacionais) podem anunciar as suas oportunidades de emprego e os candidatos a emprego têm toda a informação de que necessitam relacionada com as vagas no turismo.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Pessoas	9. Profissionais	8.1. Infraestruturas e equipamentos educacionais 8.2. Escola de Hotelaria e Turismo 8.3. Currículo de Turismo 8.4. Estágios curriculares ou profissionais certificados 8.5. Oportunidades educacionais para mulheres 8.6. Competência digital turística 8.7. Site de turismo com secção sobre todas as oportunidades de emprego no turismo

3.2.9. Envolveras pessoas

Envolver os cidadãos no desenvolvimento de políticas e estratégias públicas é fundamental para o seu sucesso e isso é ainda mais importante para o turismo, pois o povo de Timor-Leste é o núcleo do turismo e do seu desenvolvimento.

Cidadãos e comunidades bem informados sobre as potencialidades e benefícios que um setor de turismo responsável pode trazer para o desenvolvimento social e económico do país contribuirão muito para o sucesso do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo. Devem também estar cientes dos seus direitos: a indústria e os visitantes devem respeitar a cultura, a história e a natureza do País em geral e de suas comunidades.

A linha de ação para essas campanhas de consciencialização e sensibilização incluirá um amplo programa de marketing social desenvolvido pelo MTCI, que incluirá campanhas na *media* social, escolas e outros, com colaboração do Ministério dos Assuntos Parlamentares e Comunicação Social e dos Ministérios da Educação, Juventude e Desporto e do Ensino Superior, Ciência e Cultura, da sociedade civil e de outras instituições relevantes.

As parcerias com municípios e organizações da sociedade sivil serão particularmente importantes para campanhas junto das comunidades em assuntos tão importantes como a sensibilização ambiental, o turismo e o programa de turismo comunitário.

Outra linha de ação para o vetor Pessoas que foi identificada durante o processo de consulta aos municípios foi a necessidade de sensibilizar as comunidades de todo o País sobre o Programa de Turismo Comunitário já estabelecido e implementado, informando assim as pessoas sobre o que ele implica e como podem candidatar-se e beneficiar dele, se assim o desejarem.

Adicionalmente, para este vetor considera-se também de extrema importância um programa de sensibilização ambiental que vai desde campanhas nas escolas a eventos de turismo e encontros com as comunidades, para sensibilizar as pessoas para a necessidade de preservação do seu ambiente e do património histórico, cultural e natural. Isto é crucial para o desenvolvimento do turismo e para uma melhor experiência turística. A limpeza dos pontos turísticos é considerada prioritária e será desenvolvida no próximo vetor.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Pessoas	9. Pessoas	9.1. <i>Marketing</i> Social 9.2. Turismo comunitário 9.3. Consciência ambiental

3.2.10. Sustentabilidade

A natureza excepcional e variada de Timor-Leste fazem deste país um destino turístico privilegiado para quem procura o turismo de natureza e a variedade de experiências relacionadas, nomeadamente o turismo de mar, o ecoturismo e outros.

A proteção da natureza é uma prioridade fundamental do Governo de Timor-Leste que orienta várias políticas e programas e o turismo não é exceção. Além disso, para recuperar do impacto negativo da pandemia de COVID-19 na economia, do qual o turismo tem sido um dos setores mais afetados, é necessário planear uma recuperação responsável que proteja a natureza, contribua para a ação climática e beneficie a população. Isso requer interconexão e cooperação entre os diferentes atores do turismo: Governo, setor privado, sociedade civil, parceiros de desenvolvimento.

O turismo sustentável contribui para aumentar a competitividade do setor e garantir o alinhamento com os compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). *“O turismo tem potencial para contribuir, direta ou indiretamente, para todos os objetivos. Em particular, foi incluído como metas nos Objetivos 8, 12 e 14 sobre crescimento económico inclusivo e sustentável, consumo e produção sustentáveis (SCP) e uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, respectivamente.”*¹

O mapeamento dos pontos turísticos identificou um problema gravíssimo de falta de saneamento e recolha de lixo, reduzido ou inexistente na maioria dos pontos turísticos. Isso é de grande preocupação não apenas para o meio ambiente, mas também é uma fraqueza que afeta profundamente a indústria do turismo no País. Assim, o programa de limpeza dos pontos turísticos será desenvolvido e implementado em conjunto pelo MTCI, em coordenação e colaboração com a Secretaria de Estado do Ambiente e com o Ministério da Administração Estatal, sociedade civil e setor privado.

Esta área de atuação prioritária exige um forte compromisso e parceria no desenvolvimento de soluções que também terão de

incluir e capacitar as comunidades locais na procura de soluções e na sua implementação. A criação do sistema de saneamento e coleta de lixo é uma necessidade para o desenvolvimento do País. No entanto, para os pontos turísticos, medidas adicionais como, por exemplo, acordar com as comunidades locais a limpeza regular dos pontos turísticos em troca de retornos à sua comunidade, serão de grande valor e eficiência, principalmente em locais de longo alcance.

O estabelecimento das Áreas Turísticas Especiais (Pilar Prioritário, Vetor estratégico 1. Sítios turísticos) é também uma das prioridades deste vetor. A criação dessas áreas garante que os projetos turísticos nelas inseridos respeitem o meio ambiente e contribuam para o bem-estar das comunidades locais. Todos os projetos turísticos e potenciais investimentos devem respeitar a preservação ambiental, mediante aprovação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Adicionalmente, o MTCI, em colaboração com parceiros institucionais como o Secretário de Estado das Artes e Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, procurará ser membro dos geoparques globais da UNESCO. Os geoparques globais da UNESCO são “*áreas geográficas únicas e unificadas, onde sítios e paisagens de importância geológica internacional são administrados com um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável*”². Fazem a ligação das pessoas ao seu património geológico e, com o apoio da Rede de Geoparques da UNESCO, as comunidades locais e o poder local e regional poderão fazer essa ligação, aproveitando o apoio e as lições dessa rede. O apoio a este património contribuirá muito para a construção de experiências turísticas mais únicas e eco-sustentáveis. O envolvimento das associações existentes com o trabalho já estabelecido na proteção, preservação e promoção de atividades sustentáveis nos Parques de Timor-Leste será também procurado neste processo.

A sustentabilidade do turismo deve ser um princípio orientador para todas as atividades e negócios turísticos. Os parceiros de turismo colaborarão e tomarão medidas conjuntas para, por exemplo, a redução de plástico, abastecimento local de alimentos, abastecimento local de materiais de construção e outras medidas a serem implementadas a médio/longo prazo.

No que diz respeito à redução do uso de plástico, o Governo de Timor-Leste procurará endossar os compromissos para 2025 da Iniciativa Mundial de Plásticos no Turismo³, da Rede One Planet, e encorajar os parceiros turísticos a aderirem, liderando assim um esforço coordenado para a redução desse tipo de poluição e contribuindo para a ação climática.

A criação de uma lista de empresas de turismo verde certificadas e dos seus fornecedores será mais uma ação do Governo de Timor-Leste, com um esforço conjunto do MTCI e de outros ministérios de tutela. Estes negócios farão parte de uma iniciativa de *marketing* para informar os turistas locais e internacionais (Pilar Prosperidade, Vetor 7. *Marketing*), fazendo assim parte de uma cadeia de valor do turismo sustentável/verde, cujos benefícios vão para além das receitas económicas que geram e incluem um benefício de longo prazo para o planeta e a vida das gerações futuras.

Será estabelecido um comité de avaliação com membros do MTCI e outros ministérios de tutela, bem como outros parceiros do turismo com trabalho relevante na promoção da sustentabilidade no setor. Com base nos critérios de avaliação a estabelecer, as candidaturas serão analisadas e os vencedores anunciados todos os anos. Este “selo verde” de qualidade terá associado um logótipo que os vencedores poderão utilizar no seu material de promoção (Pilar Prosperidade, Vetor *Marketing*). Esta certificação será reavaliada a cada dois anos.

Além disso, uma taxa de turismo sustentável de US\$ 5 será cobrada de todos os turistas internacionais no momento da sua chegada. Esse valor sinalizará aos visitantes o compromisso do país com um setor de turismo sustentável e a garantia de que essa receita será usada exclusivamente para apoiar negócios sustentáveis, principalmente de mulheres e jovens empreendedores.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Proteção	10. Sustentabilidade	10.1. Limpeza de pontos turísticos 10.2. Áreas especiais de turismo 10.3. Geoparques da UNESCO 10.4. Ação climática concertada 10.5. Iniciativa Mundial de Plásticos no Turismo 10.6. Negócios de turismo verde 10.7. Taxa de turismo sustentável

3.2.11. Parcerias

O progresso do setor do turismo em Timor-Leste e o sucesso do seu Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo beneficiará grandemente da cooperação e parceria entre todos os seus intervenientes. Do Governo de Timor-Leste à sociedade civil, comunidades locais, parceiros de desenvolvimento, setor privado e redes regionais, são todos importantes.

Compreendendo a importância das parcerias, o **Governo de Timor-Leste desempenhará um papel importante no desenvolvimento e gestão do turismo e liderará um quadro de cooperação com todos os parceiros do turismo** numa perspetiva de parcerias com níveis diferenciados para acordar áreas prioritárias de colaboração, ter linhas de ação concertadas e estabelecer mecanismos de parceria adaptados aos interesses e perfil de cada parte interessada.

Um turismo inclusivo, sustentável e responsável, que beneficie não só os visitantes, mas também o povo de Timor-Leste, exige um trabalho alargado para e com as comunidades locais, que também pode ser alcançado através do estabelecimento de acordos formais com a sociedade civil e comunidades locais, consultas e outros tipos de colaboração.

Durante o processo de consulta com outros ministérios e municípios ficou claro como as parcerias institucionais são imperativas para o sucesso do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030. Tais parcerias resultarão em planeamento e cooperação intersetorial e envolvimento contínuo e ativo de todos os parceiros institucionais, bem como ação colaborativa em diversos vetores e áreas prioritárias identificadas. Alguns dos órgãos de Boa Governação (Pilar Prioridade, Vetor Enquadramento) irão ajudar muito nesta parceria.

Em relação às parcerias regionais, elas são muito importantes considerando o contexto geográfico e a possibilidade de cooperação para capacitação, troca de conhecimento e desenvolvimento de projetos e atividades para cumprir padrões internacionais, por exemplo, para objetivos sustentáveis ou turismo comunitário. Nomeadamente, a parceria com a CPLP e com a ASEAN serão consideradas prioritárias.

Os parceiros internacionais de desenvolvimento, tanto bilaterais quanto multilaterais, também serão responsáveis por um importante componente do quadro de parceria do turismo, e o âmbito da colaboração pode incluir cooperação sul-sul, projetos de capacitação e intercâmbio de conhecimentos, apoio técnico para desenvolver atividades previstas no Plano de Implementação do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo e outros. Serão consolidados e acordados Memorandos de Entendimento e Acordos Técnicos com cada um desses parceiros para estabelecer um acordo formal sobre a definição da área de cooperação, modalidade e recursos a serem mobilizados.

Quanto à colaboração com o setor privado e sociedade civil, várias áreas são consideradas relevantes e o Governo de Timor-Leste procurará desenvolver uma cooperação, conforme explicado anteriormente noutros vetores estratégicos. Isto vai desde a recolha de dados ao apoio ao desenvolvimento de infraestruturas turísticas, a linhas de crédito especiais e projetos de apoio ao empreendedorismo e investimento no turismo e a campanhas de disseminação de informação sobre turismo e seus programas junto das comunidades.

Em observância da boa governação, garantindo a prestação de contas e transparência, o Governo de Timor-Leste publicará um Relatório Anual de Parcerias com o progresso das parcerias estabelecidas para o avanço da Estratégia.

Pilar	Vetor Estratégico	Prioridade
Parceria	11. Parcerias	11.1. Institucional 11.2. Parceiros de desenvolvimento (Bilateral e Multilateral) 11.3. Regional (CPLP e ASEAN) 11.4. Setor privado e sociedade civil 11.5. Relatório anual de parceria

4. Implementação da Estratégia

4.1. Monitorização e avaliação

Será estabelecido o mecanismo de Monitorização e Avaliação (M&A) para acompanhar o progresso do Plano Estratégico, incluindo um relatório de progresso trimestral e um relatório anual, bem como uma avaliação intermédia (2025) e uma avaliação final do PENDT (2030).

O mecanismo de M&A do Plano Estratégico acompanhará o andamento do Plano Plurianual de Implementação até 2030, apresentado no Anexo 1.

O MTCI procurará ainda coordenar com outros ministérios tutelares membros da Unidade Técnica o desenvolvimento de

planos anuais de execução mais detalhados, de forma a assegurar que as atividades prioritárias sejam incluídas nos respetivos planos anuais de ação, em paralelo com a planificação anual do Orçamento Geral do Estado.

4.2. Mobilização de recursos e estabilidade financeira

O Governo de Timor-Leste reconhece a necessidade de continuar a investir em determinados setores económicos, como o turismo, para retomar e relançar o pós-pandemia de COVID-19¹.

No entanto, o alcance e abrangência de todos os vetores do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo 2023-2030 e as atividades previstas no Plano de Implementação para alcançar os resultados esperados do PENDT e os objectivos-chave da Política Nacional de Turismo requerem um investimento considerável que não pode ser coberto apenas pelo Orçamento Geral do Estado.

Uma das prioridades em matéria de planeamento e estabilidade financeira será a realização de um estudo e avaliação dos custos financeiros até 2030 para implementar todas as atividades do plano plurianual de implementação. Este estudo será liderado pelo MTCI, como coordenador da Unidade Técnica para o Desenvolvimento do Turismo.

Assim, o Governo de Timor-Leste e, em particular, o MTCI procurarão mobilizar recursos adicionais para poder implementar o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento do Turismo, desde o apoio financeiro ao apoio técnico, que auxiliem na realização das atividades previstas e no alcance dos objetivos e resultados estabelecidos.

O Plano Estratégico é, portanto, o enquadramento muito necessário que irá orientar o Governo de Timor-Leste e os parceiros de turismo para passar da política à ação.

Anexo 1 - PLANO PLURIANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO 2023-2030

PENDT 2023-2030 – INCLUSIVO, SUSTENTÁVEL, RESPONSÁVEL												
VETORES ESTRATÉGICOS	ÁREA PRIORITÁRIA	ATIVIDADES	PILAR PRIORIDADE							PARTES RESPONSÁVEIS		
			PRAZO									
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		2030	
1. Pontos Turísticos	Mapeamento de pontos turísticos	Conclusão do Mapeamento Turístico	X								MTCI, Parceiros	
		Promover resultados do Mapeamento do Turismo (entre a DGT, outros ministérios e municípios), e parceiros de Turismo	X								MTCI, MAE, Municípios	
		Planeamento de intervenção para Sinalização de Pontos Turísticos.	X								MTCI, MOP, MTC, MESCC, MAE, Municípios	
		Sinalização dos Pontos Turísticos		X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MOP, MTC, MESCC, MAE, Municípios	
		Planeamento de intervenções pacote “essencial” de sinalização, equipamentos e serviços de pontos turísticos	X									MTCI, MOP, MTC, MESCC, MAE, Municípios
		Implementação do pacote “essencial” de sinalização, equipamentos e serviços de pontos turísticos		X	X	X	X	X	X	X		MTCI, MOP, MTC, MESCC, MAE, Municípios
		Estabelecimento de Áreas Especiais de Turismo (AET):										MTCI, MAE, MPT, Municípios, MTC, MAP
		- Atauro										
		- Ramelau	X									
		- Nino Konis Santana		X	X							
		- RAEOA										
			X									

2. Enquadramento	Legislação	Lei de Bases do Turismo	X										MTCI
		Legislação para Licenciamento de Atividades Turísticas	X										MTCI
		Diploma Ministerial do Turismo Comunitário	X										MTCI
		Legislação para a remuneração das atividades turísticas	X										MTCI
		Autoridade de Turismo de Timor-Leste	X										MTCI
		Legislação para Áreas Especiais de Turismo	X										MTCI, MPO, MAE, parceiros de desenvolvimento
		Legislação do Fundo do Turismo	X										MTCI, MF
		Diploma para Regulamento de Cruzeiros	X										MTCI, MTC, Parceiros de Desenvolvimento
		Diploma para desportos aquáticos e recreativos	X										MTCI, MAP, Parceiros de Desenvolvimento
		Regulamento revisto da Unidade Técnica para o Desenvolvimento do Turismo	X										MTCI, UTD
		Legislação para Taxa de Turismo Sustentável		X									MTCI, MF
		Legislação para criação da Comissão de Avaliação da Certificação de Turismo de Negócios Verde		X									MTCI, MED, MS
		Institucional	Capacitação da DGT e das suas direções nacionais: formação, cooperação sul-sul, orientação interdepartamental, missões técnicas de destacamento temporário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, parceiros de desenvolvimento
			Avaliação da capacidade do MTCI	X									MTCI, parceiros de desenvolvimento
		Desenvolvimento de plano plurianual de capacitação	X									MTCI, parceiros de desenvolvimento	
		Capacitação sobre o programa de TC e outros programas de turismo, dos serviços municipais de gestão de mercados e turismo e dos representantes regionais do MTCI	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI Municípios	

		Memorando de Entendimento com MAE sobre tarefas e atividades dos Serviços Municipais de gestão de mercados e turismo e representantes municipais do MTCI	X																		MTCI, MAE
		Criação e estabelecimento de grupo de trabalho com Municípios liderados pelo MTCI na implementação PENDT 2023-2030 a nível local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MAE, Municípios
		Criação do grupo de trabalho de estatísticas do Turismo	X	X	X																MTCI, INE, MTC, parceiros de desenvolvimento
		Desenvolvimento de um manual de Licenciamento e Certificação de Turismo	X	X																	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
		Estabelecimento de um sistema online de licenciamento de atividades turísticas	X	X																	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
		Criação e Estabelecimento da ATTL	X																		MTCI
		Estudo de avaliação dos custos estimados para o Plano Plurianual de Implementação do Turismo 2023-2030	X																		MTCI, UTDT, Parceiros de Desenvolvimento
		Relatório anual de implementação doPENDT	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI
		Avaliação intermédia do PENDT			X																Avaliadores Externos
		Avaliação final do PENDT																		X	Avaliadores Externos
		Boletim Estatístico Anual do Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, INE, Parceiros de desenvolvimento
		Comissão Interministerial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MCAE
		Unidade Técnica para o Desenvolvimento do Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI
		Grupos Ad-hoc	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Membros conforme necessidades identificadas

3. Produtos e Serviços	Turismo comunitário	Fortalecimento e expansão do Programa de Turismo Comunitário	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI/DNTCC, Parceiros de desenvolvimento, SECOOP, SEFOPE, MAP, Municípios, MAE, Associações públicas e privadas, OSCs	
	Rotas de Turismo	Definição e desenvolvimento das Rotas Turísticas prioritárias de Timor-Leste	X									MTCI, MAE, MOP, MTC, MPT, MESCC, SEA, Municípios, Setor privado, Parceiros de desenvolvimento, setor privado, organizações e associações profissionais do setor
		Estabelecimento e melhoria das Rotas Turísticas prioritárias de Timor-Leste	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MAE, MOP, MTC, MPO, MESCC, SEA, Municípios, Setor privado, Parceiros de desenvolvimento, organizações e associações profissionais do setor
	Turismo de eventos	Reforço de um programa anual de eventos (culturais, gastronómicos, jogos tradicionais, desportivos, históricos, musicais com GenreTebe-Dahur)	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MAE, MS, MI, MESCC, Municípios, Setor privado, Parceiros de desenvolvimento, organizações e associações profissionais do setor	
	Pousadas de Timor-Leste	Estudo sobre o modelo de negócio para as Pousadas de Timor-Leste	X									MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
		Desenvolver um programa de preservação das Pousadas de Timor-Leste e criar uma rede de hotéis boutique no país	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MESCC, Municípios, Parceiros de Desenvolvimento Setor privado
	Turismo gastronómico	Desenho do Programa de Turismo Gastronómico, para desenvolver a oferta da gastronomia local: atividades inseridas noutras ações (turismo comunitário, roteiros, <i>marketing</i> , educação)	X									MTCI, MAE, MS, MAP, Municípios, Setor privado, Parceiros de desenvolvimento, organizações e associações profissionais do setor
		Implementação do Programa de Turismo Gastronómico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Municípios, setor privado e parceiros de desenvolvimento

	Cidade Histórica de Díli	Cidade Histórica de Díli	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MESCC, Município de Díli, Setor Privado, Parceiros de Desenvolvimento
	Programas em curso	Melhoria e ampliação dos programas correntes: turismo religioso, Jornada da Resistência, outros	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
	Centros de Informações Turísticas	Atualização do CIT DILI	X									MTCI
		Construção e funcionamento de CITs em Baucau, Batugade e Aeroporto Internacional de Díli		X	X							
	Informações sobre saúde, segurança e proteção	Criação de produtos de informação para turistas nas áreas de saúde, segurança e proteção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MAE, MTC, MS, Parceiros de desenvolvimento

4. Infraestruturas, transportes e comunicações	Turismo comunitário	Mecanismo intersetorial integrado para o desenvolvimento de infraestruturas, transportes e comunicações que apoiam o Programa de Turismo Comunitário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MOP, MTC, Municípios, SEA, Parceiros de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil
	Locais e rotas de turismo	Mecanismo intersetorial integrado para o desenvolvimento de infraestruturas, transportes e comunicações que apoiam o Programa de Turismo Comunitário	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MOP, MTC, Municípios, SEA, Parceiros de desenvolvimento, setor privado e sociedade civil
	Áreas Especiais de Turismo	Implementação de um projeto conjunto de infraestruturas, transportes e comunicações em Zonas Especiais de Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MOP, MTC, Municípios, MF, SEA, Parceiros de desenvolvimento
	Acessibilidade para pessoas com deficiência física	Desenvolvimento e implementação de um programa específico para garantir que as infraestruturas turísticas incluam acessibilidade para pessoas com deficiência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MOP, MTC, MSSI
	Transporte aéreo	Conclusão do Projeto do Aeroporto Internacional de Díli	X	X	X							

		Obtenção do código IATA	X	X								MTCI, MTC, setor privado, parceiros de desenvolvimento
		Reabilitação do Aeroporto de Baucau e outros aeroportos regionais				X	X	X	X	X		MTC
	Transporte marítimo	Desenvolvimento de docas para cruzeiros domésticos: - Com e Jaco - Outros										MTCI, MOP, MPO, SEA, Municípios, setor privado, parceiros de desenvolvimento
				X	X							
						X	X	X	X	X		
		Procedimentos operacionais para Cruzeiros em Timor-Leste	X									MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
	Infraestruturas Turísticas SEFOPE	Conclusão da entrega sem custos das infraestruturas do SEFOPE Turismo	X									MTCI, SEFOPE

PENDT 2023-2030 – INCLUSIVO, SUSTENTÁVEL, RESPONSÁVEL

Pilar PROSPERIDADE

VETORES ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	ATIVIDADES	PRAZO								PARTES RESPONSÁVEIS	
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
5. Empreendedorismo e Investimento	Licenciamento de atividades turísticas	Estabelecimento de um sistema <i>online</i> de licenciamento e certificação de atividades turísticas	X	X								MTCI, TIC, SERVE
	Empreendedorismo Feminino	Desenvolvimento e implementação de um programa especial de apoio a projetos de mulheres empreendedoras no setor do Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MCAE, MF, Tradeinvest, Setor Privado, Banca, Parceiros de Desenvolvimento, OSCs
	Empreendedorismo Juvenil	Desenvolvimento de um programa especial de apoio a projetos de jovens empreendedores no setor do Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MCAE, MF, Tradeinvest, Banca, Setor Privado, Parceiros de Desenvolvimento, OSCs
	Inclusão tecnológica	Pacote de apoio às empresas de Turismo para aumentar a sua presença digital e ferramentas tecnológicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de desenvolvimento
	Fundo do Turismo	Disseminação de conhecimento sobre as regras e regulamentos do Fundo do Turismo e dos pacotes de incentivo nele contidos	X									MTCI, MF, Tradeinvest, Parceiros de desenvolvimento, sector privado, organizações bilaterais e multilaterais

	Guia de investimento no Turismo	Desenvolvimento e divulgação do Guia de Investimento no Turismo	X									MTCI, MCAE, MAE, MF, Tradeinvest, Setor privado, organizações e associações profissionais do setor, parceiros de desenvolvimento	
6. Finanças e Bancos	Pagamentos Digitais	Aumentar o número de empresas de turismo que aceitam pagamentos digitais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MF, Banco Central, Sistema bancário e financeiro	
		Todos os tipos de cartões de crédito aceites em Timor-Leste	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MF, Banco Central, Sistema bancário e financeiro	
		Aumentar o número e a localização geográfica de caixas eletrónicas no País		X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MF, Banco Central, Sistema bancário e financeiro
		Lojas de câmbio: mais locais disponíveis em todo o País	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MF, sistema bancário e financeiro, setor privado
7. Marketing	Marketing Doméstico	Desenvolvimento de campanhas de <i>marketing</i> específicas para o turismo doméstico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de desenvolvimento, setor privado	
		Marketing de destino	Seleção de mercados-alvo para campanhas de <i>marketing</i> turístico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MNEC, Parceiros de Desenvolvimento, setor privado
		Marketing de rotas	Desenvolver campanhas de <i>marketing</i> para cada uma das rotas turísticas estabelecidas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
		Marketing digital	Portal do Turismo de Timor-Leste: recuperação, reestruturação e atualização de ativos	X	X								
Mídia social da Marca Oficial de Turismo (Explore the Undiscovered): presença na mídia em até 4 redes sociais e canais selecionados	X		X	X							X	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento	

	Centros de Informação Turística com produtos digitais interativos inovadores para os visitantes: - CIT de Díli - CIT de Baucau e Batugade - CIT do Aeroporto Internacional de Díli			X		X							MTCI, Parceiros de Desenvolvimento
Negócios de turismo verde	Anúncio anual dos prémios Green Tourism Businesses		X	X	X	X	X	X	X	X			MTCI, Parceiros de Desenvolvimento, Setor Privado
Turismo de eventos	Campanhas nacionais e internacionais para os eventos do calendário anual de eventos turísticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X			MTCI, parceiros de desenvolvimento

PENDT2023-2030 – INCLUSIVO, SUSTENTÁVEL, RESPONSÁVEL

Pilar PESSOAS

VETORES ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	ATIVIDADES	PRAZO								PARTES RESPONSÁVEIS		
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030			
8. Profissionais e sua Qualificação	Infraestruturas e Equipamentos Educacionais	Melhoria das instalações educacionais de turismo existentes (ensino secundário, vocacional e superior) para oferecer educação de qualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X		MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Instituições de ensino privado, parceiros de desenvolvimento
	Fortalecimento da capacidade dos professores	Programa Conjunto para fortalecer a capacitação de professores na área de turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	X		MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Instituições de ensino privado, Parceiros de desenvolvimento
	Currículo de Turismo	Melhoria do currículo de turismo (revisão, criação de novos cursos, diversificação de áreas curriculares)	X	X	X								MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Instituições de ensino privado, Parceiros de desenvolvimento
	Competência Digital em Turismo	Criação de mais cursos de Turismo Digital	X	X	X								MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Setor privado, Parceiros de desenvolvimento
	Escola de Hotelaria e Turismo	Estabelecimento de uma Escola de Hotelaria e Turismo em Lospalos	X	X	X	X	X	X	X	X	X		MTCI, MESCC, Municípios

	Estágios certificados	Estabelecimento de um sistema de estágios certificados em turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Setor Privado
	Oportunidades de trabalho em turismo	Criação de uma secção no <i>site</i> oficial do Turismo com Oportunidades de Emprego em Turismo (nacionais e internacionais, emprego e estágios, e de diversas organizações, do setor público ao privado)	X	X							MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Setor Privado, Parceiros de Desenvolvimento
	Programa Educacional para Mulheres	Desenvolver um programa conjunto para oportunidades de educação para mulheres no setor do Turismo	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MEJD, MESCC, SEFOPE, Setor Privado, Parceiros de Desenvolvimento
	Emprego de pessoas com deficiência	Estudo sobre cenários para aumentar o emprego no turismo de pessoas com deficiência no setor privado e público	X	X							MTCI, MSSI, Parceiros de desenvolvimento
		Campanhas conjuntas de sensibilização para aumentar o emprego no turismo de pessoas com deficiência no setor privado e público			X	X	X	X	X	X	MTCI, MSSI, Parceiros de desenvolvimento
9. Pessoas	<i>Marketing Social</i>	Campanhas de consciencialização e sensibilização sobre os benefícios do Turismo em escolas, comunidades, média social, TV, rádio e outros fóruns de comunicação		X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento, ME, MESCC, MAE, MAPCOMS, Municípios, OSCs
	Turismo comunitário	Divulgação do Programa de Turismo Comunitário para organizações da sociedade civil, comunidades	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Municípios, OSCs
	Consciência ambiental	Campanhas de consciencialização e sensibilização sobre a importância do respeito pelo ambiente e o seu impacto no Turismo.		X	X	X	X	X	X	X	MTCI, SEA, Municípios, MEJD, MESCC, OSCs

Pilar PROTEÇÃO

VETORES ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	ATIVIDADES	PRAZO							PARTES RESPONSÁVEIS	
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		2030
10. Sustentabilidade	Limpeza de locais de turismo	Programa de saneamento e recolha de lixo em pontos turísticos	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, SEA, MAP, Municípios, OSCs
	Geoparques Globais da UNESCO	Rede de geoparques da UNESCO	X	X	X						MTCI, MESCC, SEA, MNEC, UNESCO
	Iniciativa Global de Plástico de Turismo	Governo de Timor-Leste endossa a Global Tourism Plastic Initiative	X	X	X						MTCI, SEA, MTC, ONU
	Negócios de turismo verde	Criação da iniciativa Green Tourism Businesses	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, SEA, Parceiros de Desenvolvimento, Setor Privado
	Taxa de Turismo Sustentável	Criação e implementação de uma taxa de turismo sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	Governo de Timor-Leste MTCI, MTC, MI

Pilar PARCERIAS

VETORES ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	ATIVIDADES	PRAZO							PARTES RESPONSÁVEIS	
			2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029		2030
11. Parcerias	Parceiros de desenvolvimento (bilaterais e multilaterais)	Melhoria e/ou estabelecimento de acordos de cooperação no âmbito da Estratégia	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MNEC, Parceiros de desenvolvimento
	Organizações Regionais	Estabelecimento de acordos de cooperação com organizações regionais	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, MNEC, Parceiros de desenvolvimento
	Relatório sobre parcerias de turismo	Publicação de um relatório anual sobre parcerias no âmbito do PENDT	X	X	X	X	X	X	X	X	MTCI, Parceiros de Desenvolvimento

ANEXO 2 – QUADRO-RESUMO DO PENDT 2023-2030 E GESTÃO DE RESULTADOS

Pilar de Política –PRIORIDADE
Vetor Estratégico 1
Pontos Turísticos
Resultado 1: Melhorar o conhecimento dos pontos turísticos de Timor-Leste
Produto 1: Sinalização, equipamentos e serviços para todos os pontos turísticos desenvolvidos e em funcionamento
Áreas Prioritárias:
1.1. Conclusão do mapeamento dos pontos turísticos e sua sinalização, equipamentos e serviços
1.2. Criação e estabelecimento de Áreas Especiais de Turismo
Meta 1.1: 100% dos pontos turísticos e áreas turísticas especiais a operar com um padrão básico de sinalização, equipamentos e serviços
Meta 1.2: Até 2023, todas as informações dos sites de turismo digitalizadas
Meta 2: Quatro Zonas Especiais de Turismo estabelecidas até 2025: Parque Nino Konis Santana, Atauro e Ramelau, RAEOA
Vetor Estratégico 2. Enquadramento Institucional, de Boa Governação e Legal
Resultado 2: Instituições públicas de turismo cumprem com eficiência o seu mandato e lideram e implementam o PENDT 2023-2030
Institucional
Produto 2.1: Capacidade dos funcionários das Direções de Turismo reforçada para cumprir os seus deveres e responsabilidades
Produto 2.2: Orgânica da DGT reestruturada
Produto 2.3: Autoridade de Turismo de Timor-Leste criada e estabelecida
Boa governação
Produto 2.3: Estrutura de Boa Governação do PENDT 2023-2030 estabelecida e a funcionar regularmente para apoiar o avanço do Plano Estratégico
Legislação
Produto 2.4: Legislação de apoio ao desenvolvimento do Turismo aprovada
Áreas Prioritárias:
2.1. Institucional
2.2. Estrutura de Boa Governação
2.3. Legislação
Meta 2.1.1: Avaliação da capacidade das Direções de Turismo concluída em 2023
Meta 2.1.2: Plano plurianual de capacitação concluído até o final de 2023
Meta 2.1.3: Deveres e TdR do pessoal revistos de acordo com as conclusões e recomendações da Avaliação de Capacidade até ao final de 2023
Meta 2.1.3: Cada uma das direções e departamentos de turismo terão concluído cada uma duas atividades de capacitação por ano
Meta 2.1.4: ATTL criada e em funcionamento até final de 2024
Meta 2.2: Todos os órgãos de boa governação estabelecidos e em funcionamento até ao final de 2023
Meta 2.4: 100% da legislação aprovada até à data-alvo
Vetor Estratégico 3. Produtos e serviços
Resultado 3: Instituições de turismo capacitadas para desenvolver produtos e serviços turísticos sustentáveis e competitivos, em colaboração com todos os parceiros de turismo
Produto 3: Programas de produtos e serviços turísticos competitivos, para turismo doméstico e internacional, estabelecidos
Áreas Prioritárias:
3.1. Rotas Turísticas
3.2. Áreas Especiais de Turismo
3.3. Programa de Turismo Comunitário
3.4. Pousadas de Timor-Leste
3.5. Gastronomia
3.6. Turismo de eventos
3.7. Outros programas: Turismo religioso e Jornada da Resistência, ecoturismo, cidade histórica de Díli
3.8. Centros de Informações Turísticas
3.9. Informações de saúde, segurança e proteção

Meta 3.1: Número de turistas e visitantes internacionais anuais até 2030 de pelo menos 200.000

Meta 3.2: Aumentar o turismo doméstico em pelo menos 70% até ao final de 2030, relativamente a valores de 2022

Vetor Estratégico 4. Infraestruturas, Transportes e Comunicações

Resultado 4: O Governo de Timor-Leste dá prioridade e lidera um plano institucional para desenvolver as infraestruturas, transportes e comunicações que suportam os locais e serviços de Turismo

Produto 4: Infraestruturas turísticas, transportes e comunicações desenvolvidas

Áreas Prioritárias:

- 4.1. Por via rodoviária
- 4.2. Por via marítima
- 4.3. Por via aérea

Meta 4: Até 2030 todos os pontos turísticos, rotas e áreas especiais terão todas as infraestruturas de apoio, transportes e comunicações

Pilar de Política - PROSPERIDADE

Vetor Estratégico 5. Empreendedorismo e Investimento

Resultado 5: O Governo de Timor-Leste apoia e possibilita o estabelecimento de um ambiente empresarial de negócios próspero para o setor do turismo que atrai investidores, apoia as empresas nacionais e contribui para uma economia próspera

Produto 5.2: Fundo do Turismo criado

Produto 5.1: Programas especiais de incentivo e apoio a micro, pequenas e médias empresas, especialmente para mulheres e jovens empreendedores, criados e implementados

Produto 5.3: Guia de Investimento em Turismo desenvolvido e disponível para todos os potenciais investidores.

Áreas Prioritárias:

- 5.1. Fundo do Turismo
- 5.2. Apoio ao empreendedorismo de mulheres e jovens no turismo
- 5.3. Apoio a projetos com sustentabilidade e componente tecnológica
- 5.4. Guia de Investimento em Turismo

Meta 5.1: Até 2030, pelo menos 60% dos projetos aprovados sob benefícios/incentivos especiais são de propriedade maioritária de mulheres

Meta 5.2: Até 2030, pelo menos 80% dos projetos aprovados beneficiam micro, pequenas e médias empresas nacionais

Meta 5.3: Até 2030, 100% dos projetos aprovados terão uma componente de sustentabilidade

Meta 5.4: Até 2025, Guia de Investimento em Turismo desenvolvido e publicado

Vetor Estratégico 6. Finanças e Banca

Resultado 6: Os serviços bancários e financeiros contribuem muito para a promoção de serviços para o Turismo

Produto 6: O Governo de Timor-Leste e as instituições bancárias e financeiras desenvolvem produtos e serviços que são adequados aos turistas.

Áreas Prioritárias:

- 6.1. Ampliar o sistema de pagamentos digitais
- 6.2. Aceitação de todos os cartões de crédito
- 6.3. Aumentar o número e a localização geográfica de caixas eletrónicas no País
- 6.4. Casas de câmbio

Meta 6: Até 2025, todas as empresas e serviços turísticos poderão utilizar todos os tipos de pagamentos

Vetor Estratégico 7. Marketing

Resultado 7: Timor-Leste desenvolve e divulga campanhas de *marketing* nacionais e internacionais direcionadas e eficientes que promovam Timor-Leste como um destino turístico único

Produto 7: Campanhas de *marketing* para os principais destinos turísticos, produtos e serviços desenvolvidas

Áreas prioritárias:

- 7.1. *Marketing* Doméstico
- 7.2. *Marketing* de destino
- 7.3. *Marketing* de Produtos/rotas turísticas
- 7.4. *Marketing* digital
- 7.5. *Marketing* de Turismo Sustentável
- 7.6. *Marketing* de eventos

Meta 7.1: Até 2030, o número de turistas domésticos aumenta 70%, em relação a 2022

Meta 7.2: Até 2030, o número de turistas de alvos selecionados aumenta em 40%

Meta 7.3: Até 2030, as iniciativas de turismo sustentável de Timor-Leste recebem elogios internacionais

Pilar de Política - PESSOAS

Vetor estratégico 8. Profissionais

Resultado 8: Timor-Leste estabelece uma estrutura para o desenvolvimento de recursos humanos altamente qualificados no setor do Turismo.

Produto 8.1: Oferta de educação em turismo fortalecida e ajustada às necessidades do mercado de trabalho

Produto 8.2: Escolas de educação em turismo totalmente estabelecidas

Áreas Prioritárias:

- 8.1. Infraestruturas e equipamentos educacionais
- 8.2. Escola de Turismo
- 8.3. Currículo de Turismo
- 8.4. Estágios curriculares ou profissionais certificados
- 8.5. Oportunidades educacionais para mulheres
- 8.6. Competência digital do turismo
- 8.7. Site de turismo com secção sobre todas as oportunidades de emprego no turismo

Meta 8.1: Até o final de 2030, pelo menos 80% da força de trabalho do turismo recebeu educação formal em turismo

Meta 8.2: Até o final de 2030, pelo menos 60% dos cargos de gestão superior em Turismo são ocupados por mulheres

Meta 8.3: Até o final de 2030, pelo menos 50% dos estágios profissionais e curriculares foram contratados pelas organizações

Meta 8.4: Até o final de 2030 todas as infraestruturas educacionais estão habilitadas e usando equipamentos atualizados e adequados

Meta 8.5: Até o final de 2030, todo o currículo de Turismo foi atualizado, revisto e está em conformidade com os padrões internacionais.

Vetor Estratégico 9. Pessoas

Resultado 9.1: Os timorenses compreendem a importância e os benefícios de um setor do turismo responsável

Resultado 9.2: Ostimorenses contribuem para a imagem positiva do País como destino turístico

Produto 9: Campanhas de sensibilização dos timorenses para os benefícios e direitos de um setor de turismo responsável desenvolvidas e divulgadas

Áreas Prioritárias:

- 9.1. Marketing Social
- 9.2. Turismo comunitário
- 9.3. Consciência ambiental

Meta 9: Campanhas de sensibilização sobre turismo são efetuadas anualmente em todos os municípios

Pilar da Política - PROTEÇÃO

Vetor Estratégico 10. Sustentabilidade

Resultado 10: O Governo de Timor-Leste e os parceiros priorizam a sustentabilidade e a ação climática no setor do turismo

Produto 10: O setor do Turismo contribui para a ação climática

Áreas Prioritárias:

- 10.1. Limpeza de locais de turismo
- 10.2. Áreas especiais de turismo
- 10.3. Rede Global de Geoparques da UNESCO
- 10.4. Ação climática concertada
- 10.5. Iniciativa Global de Plástico de Turismo
- 10.6. Negócios de turismo verde
- 10.7. Taxa de turismo sustentável

Meta 10.1: Até 2030, 80% das empresas de turismo usam sistema de eficiência energética e gestão de resíduos

Meta 10.2: Até 2030, 80% das empresas de turismo não têm plástico de uso único

Meta 10.3: Até 2025, todos os locais de turismo terão sistemas de recolha de lixo regulares e eficientes.

Meta 10.4: Até 2025, o Governo de Timor-Leste terá endossado a Global Tourism Plastic Initiative

Meta 10.5: Até 2025 Timor-Leste terá aderido à Rede Global de Geoparques da UNESCO

Pilar de Política - PARCERIA

Vetor Estratégico 11. Parcerias

Resultado 11: O Governo de Timor-Leste lidera e capacita uma estrutura de cooperação com parceiros turísticos multisetoriais para fazer avançar o PENDT 2023-2030

Produto 11: Parcerias com os atores do turismo estabelecidas e a funcionar no âmbito do PENDT

Áreas Prioritárias:

- 11.1. Institucional
- 11.2. Parceiros de desenvolvimento (Bilateral e Multilateral)
- 11.3. Regional (CPLP e ASEAN)
- 11.4. Setor privado e sociedade civil
- 11.5. Relatório anual da parceria

Meta 11: Até ao final de 2024 o Governo de Timor-Leste terá parcerias formalizadas com todas as partes interessadas do turismo para o avanço do Plano Estratégico

Resolução do Governo N.º 17/2023

de 12 de Abril

Fixa as vagas para a promoção de pessoal integrado no regime geral das carreiras da Administração Pública para o ano de 2023

Considerando que o Decreto-Lei n.º 1/2018, de 24 de janeiro, Regime de Promoção do Pessoal das Carreiras da Administração Pública, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março, estabelece os critérios e as condições necessários para a promoção de pessoal na função pública;

Considerando que a promoção de pessoal na função pública obedece aos princípios de seleção por mérito, de liberdade de candidatura e de igualdade de condições e de oportunidades entre os candidatos;

Considerando que, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1/2018, de 24 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março, as vagas destinadas à promoção são fixadas anualmente pelo Governo, sob proposta da Comissão da Função Pública, até um limite de 10% do total de pessoal que compõe a categoria ou grupo profissional que se habilita à promoção;

Considerando que a promoção de pessoal que se realizar no ano de 2023 apenas produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024;

Considerando que o regime geral das carreiras da Administração Pública conta com 12.057 funcionários públicos e que, dentre estes, 7.840 preenchem o requisito legal de permanência no mesmo grau há pelo menos 4 quatro anos, para que possam ser considerados para a promoção ao grau profissional imediatamente superior;

Considerando a análise realizada pela Comissão da Função Pública ao número de funcionários públicos que ainda não tiveram acesso à promoção e permanecem, após mais de 4 quatro anos de serviço, na mesma categoria e grau do regime geral das carreiras;

Considerando que a Comissão da Função Pública está em contato com os diversos departamentos governamentais que administram carreiras especiais para a identificação do número de candidatos e de vagas para promoção de pessoal, de definição de programas de concurso e de critérios de promoção, de determinação dos critérios de ponderação dos resultados dos exames e de avaliação do impacto financeiro das promoções que no âmbito daquelas carreiras especiais venham a ter lugar;

Considerando o número de vagas a fixar para a promoção de pessoal integrado na carreira geral da Administração Pública proposto pela Comissão da Função Pública.

O Governo resolve, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1/2018, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março, o seguinte:

1. Fixar, para o ano de 2023, o seguinte número de vagas para a promoção do pessoal integrado na carreira do regime geral da Administração Pública, por categoria e grau profissional:
 - a) Técnico Superior, Grau A, 36 vagas;
 - b) Técnico Superior, Grau B, 110 vagas;
 - c) Técnico Profissional, Grau C, 168 vagas;
 - d) Técnico Profissional, Grau D, 236 vagas;
 - e) Técnico Administrativo, Grau E, 146 vagas;
 - f) Assistente, Grau F, 87 vagas.
2. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 29 de março de 2023.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak